



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sector Empresarial do Estado Auditoria

IGEPE - Instituto de Gestão das Participações do Estado
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



INDICE

PÁGINAS

<u>1.</u>	Declaração de responsabilidade	1
<u>2.</u>	Relatório dos Auditores Independentes	2-4
<u>3.</u>	Balanço Consolidado	5
<u>4.</u>	Demonstrações Consolidadas	6
<u>5.</u>	Demonstrações Consolidadas das variações no capital próprio	7
<u>6.</u>	Demonstrações Condolidadas dos anexos de caixa	8
<u>7.</u>	Notas às Demonstrações financeiras consolidadas	9-63



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras do Grupo IGEPE para Sector Empresarial do Estado (SEE) que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020 e a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das variações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras consolidadas as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam livres de distorções materiais devidas quer a fraude quer a erro e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade do Grupo continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para duvidar da capacidade do Grupo poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo IGEPE para Sector Empresarial do Estado como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2025 e estão abaixo assinadas pelo seu representante.

Ana Isabel Senda Coanai


(Presidente do Conselho de Administração)

Tomás Ernesto Dimande


(Administrador Executivo)

Raimundo Jorge Matule


(Administrador Executivo)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telephone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para o Conselho de Administração do IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo IGEPE para o Sector Empresarial do Estado. (“o Grupo”) constantes das páginas 5 - 63, que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das variações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao possível efeito das situações descritas na secção das Bases para Opinião com reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo IGEPE para o Sector Empresarial do Estado, em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para Opinião com reservas

Não cumprimento da NCRF 20 e NCRF 4

Os activos tangíveis do Grupo (excluindo os activos tangíveis em curso) estão registados ao valor revalorizado em algumas subsidiárias e ao custo noutras, tendo estes activos sido consolidados nesta base. Este tratamento não está de acordo com os requisitos da norma de contabilidade relevante em Moçambique (NCRF 20), que exige a aplicação consistente de políticas contabilísticas para contas e transacções da mesma natureza na preparação de demonstrações financeiras consolidadas. Não foi possível estimar o impacto resultante da aplicação correcta da referida norma de contabilidade. Por esse motivo, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre o saldo dos activos tangíveis (excluindo os activos tangíveis em curso) no montante de 298 068 015 032 MT no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020.

Os activos tangíveis de investimento do Grupo estão registados ao valor revalorizado em algumas subsidiárias e ao custo de aquisição noutras, tendo estes activos sido consolidados nesta base. Este tratamento não está de acordo com os requisitos da norma de contabilidade relevante em Moçambique (NCRF 20), que exige a aplicação consistente de políticas contabilísticas para contas e transacções da mesma natureza na preparação de demonstrações financeiras consolidadas. Não foi possível estimar o impacto resultante da aplicação correcta da referida norma de contabilidade. Por esse motivo, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre o saldo dos activos tangíveis de investimento no montante de 14 899 226 396 MT no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2020.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas* do nosso relatório. Somos independentes do Grupo de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra Matéria

Chamamos a atenção para o facto de não termos auditado o Balanço consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, nem qualquer das respectivas notas, pelo que não expressamos uma opinião sobre os mesmos.

Outra Informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade do Conselho de Administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo se manter em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os Administradores pretendam dissolver o Grupo e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma segurança de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

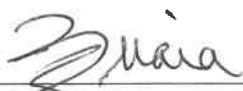
Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Grupo deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.
- Obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente a informação financeira das outras entidades ou actividades de negócio dentro do Grupo para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela condução e supervisão e execução da auditoria do Grupo. Somos individualmente responsáveis pela opinião de auditoria.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:



Abel Jone Guaiaguaiá, nº 04/CA/OCAM/2012

Sócio

31 de Março de 2025

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Período	
	Notas	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	3	357 390 853 701	355 735 646 441
Activos tangíveis de investimento	4	14 899 226 396	14 759 010 537
Goodwill	5	94 597 968	67 066 672
Activos intangíveis	6	176 665 224 301	111 276 061 099
Investimentos em associadas	7	20 299 709 696	18 219 301 645
Outros activos financeiros	8	1 350 834 855	1 351 831 857
Activos por impostos diferidos	31	9 792 834 867	3 806 013 139
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4 047 821 807	3 210 013 646
		584 541 103 591	508 424 945 036
Activos correntes			
Inventários	10	8 808 386 656	8 658 867 514
Clientes	11	38 865 747 994	28 382 860 126
Outros activos correntes	12	40 703 557 343	28 722 083 026
Caixa e bancos	13	59 081 877 614	43 409 749 023
Activos não correntes detidos para venda	14	588 330 000	701 228 401
		148 047 899 607	109 874 788 090
Total dos activos		732 589 003 198	618 299 733 126
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	15.1	361 014 763	361 014 763
Reservas legais	15.2	15 498 004 496	13 835 699 050
Reservas de reavaliação	15.2	82 546 361 891	93 621 737 837
Outras reservas	15.2	3 278 823 637	2 926 646 037
Resultados transitados		56 848 658 063	59 010 930 781
Outras componentes do capital próprio	15.3	52 450 734 750	43 484 999 452
Resultado líquido do período		(6 224 564 213)	1 311 056 012
		204 759 033 387	214 552 083 932
Interesses minoritários		13 864 467 879	12 581 225 461
Total do capital próprio		218 623 501 266	227 133 309 393
Passivos não correntes			
Provisões	16	27 830 185 121	25 519 541 684
Empréstimos obtidos	17	216 935 108 525	147 164 346 486
Outros passivos financeiros	18	71 754 408 402	42 778 528 720
Passivos por impostos diferidos	30	49 775 938 438	49 297 958 743
		366 295 640 486	264 760 375 633
Passivos correntes			
Provisões	16	526 473 359	196 990 320
Fornecedores	19	41 980 096 534	36 604 587 030
Empréstimos obtidos	17	18 714 395 763	14 882 212 926
Outros passivos financeiros	18	51 534 699 869	40 136 882 533
Imposto a pagar	20	1 568 839 819	1 571 032 783
Outras contas a pagar	21	33 345 356 102	33 014 342 508
		147 669 861 446	126 406 048 100
Total dos passivos		513 965 501 932	391 166 423 733
Total do capital próprio e dos passivos		732 589 003 198	618 299 733 126

[Handwritten signature]
27

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Vendas de bens e serviços	22	112 977 850 565	122 647 164 664
Variação da produção e de trabalhos em curso		(2 843 371)	(1 175 079)
Investimentos realizados pela própria empresa	23	23 125 000	41 551 741
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	10	(44 973 151 190)	(50 442 288 931)
Custos com o pessoal	24	(23 128 962 907)	(22 363 087 817)
Fornecimentos e serviços de terceiros	25	(21 973 118 492)	(23 279 833 927)
Amortizações	26	(19 406 515 880)	(20 860 304 665)
Provisões	16	(1 973 181 997)	(4 739 458 017)
Ajustamentos de inventários	10	(365 601 000)	(2 140 066)
Imparidade de contas a receber	11	(2 971 834 909)	(4 633 293 362)
Imparidade de investimentos financeiros	27	(1 584 165 350)	(19 052 759)
Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis	3 e 6	(629 572 039)	(751 643 295)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	17 376 563 525	17 461 245 511
Outros ganhos e perdas operacionais	29	(3 189 230 101)	(5 359 283 901)
		10 179 361 854	7 698 400 097
Rendimentos financeiros	30	29 658 048 141	18 465 717 091
Gastos financeiros	30	(43 231 364 526)	(20 345 849 121)
Ganhos/perdas imputados de associadas		1 378 721 894	1 997 336 168
Resultados antes de imposto		(2 015 232 637)	7 815 604 235
Imposto sobre o rendimento	31	(3 474 095 534)	(6 322 982 865)
Resultados do período das operações continuadas		(5 489 328 171)	1 492 621 370
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-
Resultados líquidos do período		(5 489 328 171)	1 492 621 370
Resultados líquidos do período atribuídos a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(6 224 564 213)	1 311 056 012
Interesses minoritários		735 236 042	181 565 358
Resultados por acção			

Handwritten signature/initials in the bottom right corner.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuído aos detentores do capital de casa mãe						Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transferidos			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2020	361 014 763	-	13 835 090 050	93 821 737 837	2 828 646 037	59 010 930 781	214 552 083 932	12 581 225 481	227 133 309 393
Alterações no período:									
Aplicação dos resultados	-	-	1 868 375 891	-	5 330 592	(643 617 635)	1	2 812 687	2 812 688
Movimentos em reservas:									
Excedente de reavaliação	-	-	-	(8 537 705 361)	-	-	(8 537 705 361)	63 464 350	(8 474 241 041)
Realização do excedente de reavaliação	-	-	-	(2 493 208 863)	-	2 538 726 173	45 519 310	-	(45 519 310)
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	33 863 936	33 863 936
Método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	905 363 000	(20 491 081)	884 871 930	-	883 388 710
Outros movimentos	-	-	(208 070 445)	(44 483 862)	(476 150 146)	(4 156 727 719)	3 567 570 864	459 631 014	4 027 201 878
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	(6 224 564 213)	1 092 209 089	(5 132 355 124)
Reexpressão dos saldos 2020	-	-	-	-	-	-	-	(63 836 935)	(63 836 935)
Operações com detentores de capital:									
Aumentos de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	1 602 305 448	(11 075 375 046)	(82 365 816)	1 503 178 619	(763 341 095)	(216 539 163)	(696 880 278)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2020	361 014 763	-	13 488 004 498	82 548 381 881	3 278 822 837	58 848 658 063	204 759 033 387	13 864 467 879	218 623 501 266

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuído aos detentores do capital de casa mãe						Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transferidos			
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2019	361 014 763	-	14 004 208 024	97 514 737 150	2 348 114 131	55 149 338 395	177 384 699 439	8 594 811 881	185 979 511 299
Alterações no período:									
Diferenças de conversão de demonstrações	-	-	-	-	-	(372 856 000)	(2 535 424 745)	-	(2 908 280 745)
Aplicação dos resultados	-	-	35 254 135	-	166 457 033	2 356 103 362	-	-	-
Movimentos em reservas:									
Excedente de reavaliação	-	-	-	(1 367 245 671)	-	-	(1 367 245 671)	(33 421 082)	(1 400 666 753)
Realização do excedente de reavaliação	-	-	-	(2 540 184 010)	-	3 449 116 824	908 932 813	37 872 201	948 805 014
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	32 364 704	140 007 687
Método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	412 074 872	(247 670 018)	164 404 854	(22 501)	164 382 353
Outros movimentos	-	-	(293 763 106)	44 430 368	-	(3 929 529 196)	39 078 218 870	3 300 403 391	43 287 822 281
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	1 311 056 012	181 555 358	1 492 621 370
Operações com detentores de capital:									
Aumentos de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	(1 013 064 122)	(203 646 911)	(1 216 711 033)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2019 (Não Auditiado)	361 014 763	-	13 535 698 050	93 621 737 837	2 928 646 037	59 010 930 781	214 552 083 932	12 581 225 481	227 133 309 393

[Assinatura]
7

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE
CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		Período	
	Notas	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(5 489 328 171)	1 492 621 370
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações		19 398 640 382	20 775 524 380
Imparidades		1 794 383 375	4 060 412 418
Justo valor		(4 350 566 152)	-
Provisões		3 211 843 590	2 548 672 019
Ajustamentos		442 425 167	(4 623 998 841)
Impostos		778 126 022	1 969 991 343
Juros e similares (líquido)		(1 413 110 805)	2 190 198 465
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis e intangíveis		(8 646 823 335)	95 936 950
Aumento/redução de activos biológicos		-	2 082 473 000
Aumento/redução de inventários		(200 489 086)	(71 638 306)
Aumento/redução de clientes e outras contas a receber		(12 840 580 995)	(13 635 391 139)
Aumento/redução de outros activos correntes		(4 654 940 659)	1 410 289 184
Aumento/redução de fornecedores		1 188 818 809	14 804 254 928
Aumento/redução de outros credores e contas a pagar		15 448 246 245	(516 144 796)
Aumento/redução de outros passivos correntes		29 801 000 280	5 059 921 153
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		34 467 644 667	37 643 122 128
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição de activos tangíveis		(20 754 624 846)	(37 353 976 230)
Aquisição de activos intangíveis		18 279 845	8 854 315
Aquisição de outros investimentos		(2 481 377 535)	(6 435 289 834)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		378 647 347	(146 334 005)
Venda de activos intangíveis		-	-
Venda de outros investimentos		7 107 508	26 358 000
Juros e rendimentos similares		620 481 965	993 152 258
Dividendos		1 137 373 557	971 035 985
Outros recebimentos		(130 343 347)	(2 280 465 805)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(21 204 455 506)	(44 216 665 316)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		7 332 858 857	19 919 007 760
Realização de aumentos de capital social e de outras contribuições dos sócios		1 749 568 343	2 075 860 644
Cobertura de prejuízos pelos detentores de capital		1 186 400 000	(211 168 558)
Outras operações de financiamento		1 360 374 794	4 568 678 189
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Reembolso de empréstimos e outros financiamentos obtidos		(5 095 197 167)	(4 551 529 529)
Juros e gastos similares		(2 196 305 918)	(14 402 179 878)
Dividendos		(1 655 185 768)	(1 216 714 033)
Reembolso de capital social e de outras contribuições dos sócios		1 624 577 390	3 267 476 670
Outras operações de financiamento		(3 237 350 596)	(590 959 212)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		1 069 739 935	8 858 472 053
Variação de caixa e equivalentes de caixa		14 332 929 096	2 284 928 865
Variações cambiais pela transposição das demonstrações financeiras		1 339 199 495	285 506 114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13	43 409 749 023	40 839 314 044
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13	59 081 877 614	43 409 749 023

Handwritten signature and initials.



1. Introdução

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (de agora em diante “IGEPE” ou “Grupo IGEPE”) é uma Instituição que tem como a actividade a gestão das participações do Estado. O IGEPE foi criado através do Decreto nº46/2001, de 21 de Dezembro, e tem a sua sede localizada na Rua Mukumbura, nº 363, Maputo. O IGEPE exerce a sua actividade sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças em cumprimento da Lei 3/2018, de 19 de Junho, Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, juntamente com o seu regulamento Nº10/2019, de 26 de Fevereiro.

O IGEPE ficou igualmente mandatado como a entidade responsável pela gestão e coordenação do Sector Empresarial do Estado (SEE) que surge na sequência de um pacote legislativo que cobre componentes sequenciais e interligadas, nomeadamente:

Lei Nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica que é composto pelo conjunto de unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial integrando as empresas publicas e todas as empresas exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado;

Decreto Nº10/2019, de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento de Lei Nº3/2018 que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica o IGEPE como entidade responsável pela gestão e coordenação do SEE (artigo 63).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Grupo IGEPE.

O SEE é composto por várias entidades que são consideradas como investimentos estratégicos para o Estado, sendo que as suas actividades são desenvolvidas nos seguintes sectores: Comunicação e Média, Energia, Financeiro, Imobiliário, Infraestruturas, Oil & Gas, Saúde, Seguros, Serviços, Tecnologia, Telecomunicações, Transporte e Logística.

1. Bases de preparação e políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF e, como tal, foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas abaixo nas políticas contabilísticas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Não ocorreram derrogações das normas, com excepção da NCRF 20 – Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, a qual foi derogada para que fosse aplicada a IPSAS 35 – Demonstrações financeiras consolidadas. Esta derrogação teve como objectivo cumprir o objectivo destas demonstrações financeiras de apresentarem a posição consolidada do SEE, independentemente de o IGEPE deter o controlo ou não sobre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração formalizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e a mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que envolvem julgamentos, estimativas ou pressupostos mais significativos, estão apresentadas na Nota 1.2.20.

Estas demonstrações financeiras estão preparadas em Meticais, arredondados ao Metical mais próximo.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para os dois períodos apresentados.

Handwritten signature and date 27



1.2. Principais políticas contabilísticas

1.2.1. Consolidação

Para efeitos destas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades controladas são as entidades detidas integralmente ou maioritariamente pelo Estado, quer de forma directa (é o Estado que participa directamente no capital dessas entidades), quer de forma indirecta (é o IGEPE que detém a participação no capital dessas entidades). De uma forma agregada, serão de agora em diante referidas como as “entidades controladas pelo Estado”.

As entidades controladas são todas as entidades relativamente às quais o Estado está exposto ou tem direito a benefícios variáveis. Adicionalmente, o Estado tem a capacidade de afectar a natureza ou o montante desses benefícios, através do seu poder sobre essas entidades.

As entidades controladas pelo Estado são integradas no perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo é obtido, e são excluídas do perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

Na preparação deste consolidado certas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação apesar de as mesmas serem controladas pelo Estado. O detalhe e os motivos desta exclusão estão divulgados na Nota 3 – Perímetro de Consolidação.

As políticas contabilísticas das entidades consolidadas são consistentes com as políticas definidas pelo IGEPE. Neste sentido, as demonstrações financeiras de cada participada foram ajustadas, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, para harmonização dos princípios contabilísticos.

Existem algumas excepções a esta harmonização de princípios contabilísticos, nomeadamente no critério de mensuração dos activos tangíveis e dos investimentos financeiros em associadas. O detalhe e os motivos destas excepções estão divulgados, respectivamente, nas notas 2.2.4 e 2.2.5.

As demonstrações financeiras do IGEPE e das entidades controladas pelo Estado são agregadas linha a linha, sendo agregados os itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade.

A quantia escriturada dos investimentos financeiros em cada uma das entidades controladas pelo Estado é eliminada e:

No caso das participações detidas directamente pelo IGEPE, esta eliminação é compensada com a eliminação da proporção do capital próprio em cada uma dessas participadas;

No caso das participações detidas directamente pelo Estado, esta eliminação é compensada com o reconhecimento de uma reserva de consolidação no capital próprio (incluída na rubrica “Outras componentes do capital próprio”).

É reconhecida a proporção dos interesses minoritários nos activos líquidos das participadas, que são apresentados separadamente dos interesses detidos pelo Estado, sendo também reconhecida a proporção dos interesses que não controlam nos resultados líquidos das entidades;

Os saldos intragrupo, as transacções intragrupo e os ganhos e perdas não realizados em transacções intragrupo (isto é, as transacções entre o IGEPE e as entidades controladas pelo Estado, ou entre elas), são eliminados na íntegra na consolidação:

Os rendimentos ou gastos resultantes de transacções intragrupo que estão reconhecidos em activos, nomeadamente em inventários ou activos tangíveis são eliminados na totalidade;

As perdas intragrupo que indiquem uma perda por imparidade são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.



1.2.2. Activos e passivos (correntes e não correntes)

O IGEPE apresenta os activos e passivos no seu balanço como correntes ou não correntes. Um activo é classificado como corrente quando:

Se espera que seja realizado ou vendido ou consumido num ciclo operacional normal;

É devido para negociação;

Se espera que seja realizado nos doze meses após a data de reporte; ou

Seja caixa ou equivalente de caixa a não ser que existam restrições quanto à sua troca ou sejam usados para liquidar uma responsabilidade pelo menos até doze meses após a data de reporte.

Todos os outros activos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

Se espera que seja liquidado num ciclo operacional normal;

É devido para negociação;

Se espera que seja liquidado nos doze meses após a data de reporte; ou

Não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação para após doze meses da data de reporte.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

Relativamente aos activos, o reconhecimento no balanço acontece quando é provável que seus benefícios económicos futuros sejam gerados a favor da entidade e o seu custo ou valor possa ser mensurado de forma fiável.

No que diz respeito ao passivo, o registo no balanço patrimonial ocorre quando existe uma obrigação presente ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável um dispêndio de recursos económicos para liquidá-lo.

1.2.3. Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo Grupo IGEPE nas suas operações e demonstrações financeiras consolidadas.

As diferenças de câmbio originadas nas transacções realizadas em outra moeda que não o Metical, e que têm por base as diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças ou dos pagamentos (diferenças cambiais realizadas) ou entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes à data do balanço (diferenças de câmbio não realizadas), são registadas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de “Rendimentos financeiros” e de “Gastos financeiros”, conforme apropriado.

Handwritten signature and initials, possibly 'Rohli' and '27'.



1.2.4. Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos em associadas, onde o Estado tem influência significativa, são registados pelo método da equivalência patrimonial através do qual as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Estado no total dos ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que adquiriu a influência significativa e até à data em que esta efectivamente termina.

Presume-se que se detém influência significativa quando o Estado detém directa ou indirectamente entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os impactos da adopção do método da equivalência patrimonial são reconhecidos na demonstração dos resultados do período na rubrica de “Ganhos/perdas imputados de associadas”.

1.2.5. Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à aquisição de bens, e subsequentemente são mensurados, com excepção do mencionado no parágrafo seguinte, ao valor de custo líquido de amortizações e de eventuais perdas por imparidades acumuladas.

Para certos activos, como sejam os edifícios, as aeronaves, entre outros, o Grupo IGEPE optou por utilizar o método da revalorização, sendo que apenas oito das participadas incluídas no perímetro de consolidação reportaram os seus activos tangíveis revalorizados. As restantes permanecem ao custo. Pela magnitude dos impactos que decorrem da aplicação deste método, e em benefício de se obter uma imagem mais verdadeira e apropriada, o IGEPE optou por manter os activos revalorizados das empresas que assim os apresentam nas suas demonstrações financeiras.

Quando a quantia registada de um activo é aumentada ou diminuída em resultado de uma revalorização, o aumento ou a diminuição é reconhecido no capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação”. Excepção para os casos e, que o aumento reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados, caso em que o mesmo é reconhecido nos resultados do período. O decréscimo na reserva de revalorização ocorre até ao limite do saldo dessa reserva para esse activo. Quando o excedente de revalorização se extingue, qualquer redução é reconhecida nos resultados.

Os activos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição. Os activos tangíveis em curso começam a ser amortizados quando a sua construção está concluída e os mesmos estão disponíveis para o uso pretendido pelo Grupo IGEPE. Nas situações em que o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27 - Custo de Empréstimos Obtidos.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como um activo autónomo, conforme adequado, apenas no caso de probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Grupo IGEPE e o custo do activo puder ser avaliado de forma fiável.

Um bem é desreconhecido quando é alienado ou quando não se esperam mais benefícios económicos futuros decorrentes do seu uso ou alienação. Qualquer diferença entre o valor da venda (se algum) e o valor contabilístico do bem na data do seu reconhecimento é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, caso a diferença seja positiva (mais-valia), e “Outros gastos e perdas operacionais”, caso a diferença seja negativa (menos-valia).



Os activos tangíveis são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	5 a 80
Equipamento básico	3 a 50
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 a 12
Equipamento de transporte	4 a 8
Taras e vasilhame	3 a 14
Ferramentas e utensílios	2 a 10
Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	30
Outros activos tangíveis	2 a 25

O Grupo IGEPE apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, activos tangíveis afectos a actividades distintas, conforme mencionado na Nota 1 deste anexo. Por esta razão, existe uma grande amplitude de vidas úteis dentro de cada categoria de activos. Dadas as circunstâncias, o Grupo IGEPE considera que não faz sentido a harmonização das vidas úteis dentro da mesma classe de activos.

A Nota 4 discrimina os activos fixos do Grupo IGEPE por tipo de actividade desenvolvida.

É analisada regularmente a adequação das vidas úteis estimadas dos bens. Quando ocorre uma alteração na vida útil estimada de um bem a mesma é ajustada e os impactos dessa alteração são reconhecidos no exercício e em exercícios futuros, de acordo com o tratamento contabilístico previsto no normativo contabilístico para reconhecer uma alteração de uma estimativa contabilística.

Por outro lado, sempre que são identificadas evidências de que um activo possa estar em imparidade, o Grupo IGEPE determina o valor recuperável, o qual é determinado como sendo o mais alto entre o preço de venda líquido do bem e seu valor de uso. Para este efeito, são estimados os fluxos de caixa que se esperam obter do bem através do seu uso continuado e da sua alienação no final da vida útil estimada. Sempre que o valor líquido contabilístico do bem excede o valor recuperável, é reconhecida uma imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis".

1.2.6. Activos tangíveis de investimento

Um activo é classificado como activo tangível de investimento, quando é detido como objectivo de obter rendimento através de rendas para valorização de capital e não para o uso na produção ou fornecimentos de bens ou serviços.

Estes activos são inicialmente mensurados ao custo de aquisição e subsequentemente mensurados líquidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento é revista numa base anual e caso tenha ocorrido uma alteração no uso do bem, o mesmo é reclassificado para activo tangível ou inventários, conforme apropriado.

Os activos tangíveis de investimento são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	10 a 50

X *Handwritten signature*



1.2.7. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma legal do respectivo contracto, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

As locações são classificadas como locações financeiras se os termos da locação transferirem substancialmente os riscos e vantagens da propriedade para o locatário. Todas as outras são classificadas como operacionais.

Quando estamos na presença de uma locação financeira, o activo objecto do contracto é reconhecido como activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Subsequentemente este activo é tratado conforme definido acima no ponto 2.2.4.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como um gasto do exercício de forma linear durante o período do contracto de locação, na rubrica de "Fornecimentos e serviços de terceiros" da demonstração dos resultados.

1.2.8. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que são directamente atribuídos à construção ou produção de um activo elegível, são acrescidos ao custo de aquisição do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para o Grupo IGEPE e quando o seu custo pode ser mensurado com fiabilidade.

A capitalização destes custos cessa quando o activo está disponível para ser usado conforme pretendido.

Os encargos financeiros que não cumprem o critério de capitalização são reconhecidos como custo financeiro à medida que são incorridos.

1.2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos apenas quando é capaz de ser separado ou dividido da entidade e quando vendido, resulta de direitos contratuais ou de outros direitos legais, ou de direitos e obrigações, e outros.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos de exploração e avaliação de recursos minerais são considerados activos intangíveis, porque representam um direito de participação em lucros futuros provenientes da venda de recursos. Os activos de exploração e avaliação de recursos são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos.

Com excepção dos activos de exploração e avaliação dos recursos minerais, que são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos futuros, a amortização dos activos intangíveis é calculada através do método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, e as suas taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do mesmo.

A vida útil estimada destes activos é a seguinte:

Item	Anos
Despesas de desenvolvimento	3 a 4
Propriedade industrial e outros direitos	3 a 4
Software	2 a 8

Handwritten signature/initials



1.2.10. Imparidade de activos não financeiros

A cada data de relato, o Grupo IGEPE analisa o valor escriturado dos seus activos tangíveis e intangíveis para determinar se existe qualquer evento ou alteração nas circunstâncias que possa indicar que estes sofreram uma perda por imparidade.

Quando existem indícios de imparidade, é estimada a quantia recuperável do activo. Caso esta seja inferior ao valor escriturado, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Os activos intangíveis com vida útil indeterminada são avaliados quanto a imparidade numa base anual ou sempre que existem indícios de que possam estar em imparidade.

As perdas por imparidade, quando ocorrem, são reconhecidas na rubrica “Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis” da demonstração dos resultados.

Uma perda por imparidade anteriormente reconhecida pode ser revertida quando ocorre uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do respectivo activo desde a última perda por imparidade reconhecida. No entanto esta reversão não pode resultar num aumento do valor que esse mesmo activo teria caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

1.2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na posição financeira quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Estes instrumentos compreendem os investimentos em capitais próprios (já referidos em notas anteriores), clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Com excepção dos activos financeiros mantidos para negociação e as variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação, os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, nas rubricas de “Rendimentos financeiros” ou “Gastos financeiros”, utilizando o método da taxa de juros efectiva (sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo).

1.2.11.1. Activos financeiros

A mensuração inicial dos activos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de activos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como dedução ao montante emitido.

As categorias de activos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:

a) **Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui os activos financeiros detidos para negociação que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo assim como os outros activos financeiros registados ao justo valor por via dos resultados.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Grupo IGEPE não tem activos classificados nessa categoria.

[Handwritten signature]
27



b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Nesta rubrica estão registados os investimentos detidos para venda apresentados no balanço consolidado na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”.

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao justo valor com as variações de justo valor a serem reconhecidos capital próprio na rubrica “Outras componentes do capital próprio”.

Quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade, estes activos permanecem mensurados ao custo de aquisição, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, que correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados do período.

c) Activos financeiros detidos até à maturidade

Consideram-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas que o Grupo IGEPE tem intenção de deter até à maturidade.

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Estes saldos estão apresentados no balanço consolidado na rubrica de “Outros activos financeiros – não corrente”.

d) Empréstimos concedidos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de “Clientes” e “Outros activos correntes”.

e) Caixa e bancos

A caixa e os bancos incluem os valores em caixa, os depósitos bancários, os outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço consolidado, no passivo corrente, em Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa como saldos de caixa e bancos.



1.2.11.2. Imparidade de activos financeiros

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica “Imparidade de contas a receber”.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num activo que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica “Imparidade de contas a receber”. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

1.2.11.3. Passivos financeiros

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual para a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes são reconhecidos no balanço somente quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do mesmo.

A mensuração inicial dos passivos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de passivos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do passivo financeiro.

As categorias de passivos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:

a) **Passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

X *Atak*
27



A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o Grupo IGEPE não tem passivos classificados nessa categoria.

b) Empréstimos obtidos e contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de “Fornecedores”, “Outros passivos correntes”, “Empréstimos obtidos” e “Outros passivos financeiros”, correntes e não correntes.

1.2.11.4. Instrumento de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Estes instrumentos são reconhecidos pelo seu valor nominal.

1.2.11.5. Compensação entre activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e a quantia líquida daí resultante ser apresentada no balanço quando, e apenas quando:

- (a) existem um direito com força legal de compensar as quantias reconhecidas; e
- (b) se pretende, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

1.2.12. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários é determinado utilizando o método do custo médio ponderado e inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registadas como uma dedução ao activo, e reconhecidas na demonstração dos resultados do período na rubrica “Ajustamentos de inventários”.

1.2.13. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja recuperado através da venda e cuja venda seja de alta probabilidade. Estes são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido de custos com a venda.

Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

Que a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

Que o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e



Esperando-se que a venda seja realizada num período até doze meses após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causada por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo IGEPE e se houver prova suficiente de este continuar comprometido com o plano de venda do activo.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica apropriada.

1.2.14. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados para qual é provável que seja necessário no futuro um dispêndio de recursos internos. Deve, ainda, ser possível estimar razoavelmente o montante desta obrigação.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que exista a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, a menos que seja muito elevada a probabilidade de uma entrada de fluxos que se traduzam em benefícios económicos futuros.

1.2.15. Reconhecimento do rédito

O rédito obtido pelo Grupo IGEPE provém de diversas actividades desenvolvidas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação. A Nota 23 discrimina o rédito por tipo de actividade desenvolvida pelo Grupo IGEPE.

Algumas das empresas do Grupo IGEPE desenvolvem actividades reguladas, nomeadamente a venda de energia eléctrica, a venda de gás, a venda de combustíveis, a prestação de serviços bancários e de contratos de seguro.

Os preços praticados na venda da energia eléctrica, obedecem a tarifas que são fixadas e aprovadas em Conselho de Ministros e publicadas em diploma legal.

O rédito das vendas de gás natural e de líquidos de gás natural feitas no decurso das actividades ordinárias é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagos ao governo, impostos indirectos, descontos comerciais e descontos de volume. O “royalty” é o imposto sobre o petróleo produzido em território moçambicano. A base fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido incluindo as quantidades de petróleo perdido devido a qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty cobrado corresponde a 5% do valor do gás natural e condensado produzido, extraído ou vendido menos o custo de transporte, recolha e processamento.

Na venda de combustíveis, os preços são fixados pelo Estado Moçambicano e o rédito da venda destes produtos inclui uma parcela de “Subsídio de compensação” a receber do Estado como consequência do não aumento dos preços dos combustíveis.

No caso específico das entidades do sector financeiro, banca e seguros, as respectivas actividades são reguladas, respectivamente, pelo Banco de Moçambique e Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, onde os valores relativos a taxas de juro e prémios simples de seguro seguem a regulamentação dos respectivos reguladores.

S. 2. H. 6



Vendas

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração dos resultados do período, na rubrica de “Vendas de bens e serviços”, quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador.

Prestação de serviços

O rédito inerente à prestação de serviços é reconhecido quando prestados, independentemente do seu recebimento, na rubrica de “Vendas de bens e serviços” da demonstração dos resultados do período.

Dividendos

O rendimento de dividendos é reconhecido quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados ao custo ou ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados pelo método da equivalência patrimonial são abatidos ao valor do respectivo investimento financeiro, no balanço, quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo, incluindo os não monetários, são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando é garantido que se irá receber e que as empresas irão cumprir com as condições exigidas para atribuição.

Os subsídios relativos a activos são apresentados no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar” no passivo, como rendimento diferido e reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados do período. Alternativamente podem ser apresentados como uma dedução ao valor do activo para o qual foram atribuídos.

Os subsídios que estão relacionados com apoio à actividade operacional da empresa são apresentados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados do período.

1.2.16. Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas seguintes rubricas do balanço consolidado são registados:

Em "Outros activos correntes", os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e os gastos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros; e

Em "Outros passivos correntes", os rendimentos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros e os gastos imputáveis ao exercício corrente.

Artigo 1.2.16
72



1.2.17. Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Custos com o pessoal”, à medida em que o serviço é prestado.

Para benefícios de longo prazo estima-se o montante futuro ao qual o trabalhador já ganhou o direito no período passado e presente.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), através de um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são efectuadas com base numa percentagem dos salários e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Custos com o pessoal”.

Estas contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social, são geralmente financiadas pelos empregados em 3% do salário bruto e pela entidade patronal em 4% do salário bruto. Quando estas contribuições são pagas, a entidade patronal não tem obrigações adicionais.

Em algumas das entidades incluídas no perímetro de consolidação, são ainda concedidos complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), o qual assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego.

1.2.18. Impostos

A rubrica de “Imposto sobre o rendimento” da demonstração dos resultados consolidada inclui o imposto corrente e o imposto diferido. Esta rubrica é apurada individualmente em cada uma das participadas, de acordo com os seus registos contabilísticos e fiscais.

Imposto corrente

O imposto sobre o rendimento corrente é o resultado do somatório dos impostos apurados em cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Ao nível dos ajustamentos de consolidação, não é efectuado qualquer ajustamento no imposto corrente, já que o Grupo IGEPE não é tributado pelo regime do lucro consolidado.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar ou receber sobre o rendimento ou prejuízo e é calculado de acordo com as taxas estipuladas por lei à data do balanço, tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados de cada uma das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e após os ajustamentos apropriados para efeitos fiscais.

Imposto diferido

O Grupo IGEPE adopta como procedimento o reconhecimento de impostos diferidos de acordo com o estabelecido na NCRF12 – Impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transacções.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para deduzir os impostos diferidos activos. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo

O imposto diferido é apresentado na demonstração dos resultados do período na rubrica de “Imposto sobre o rendimento”, excepto nos casos em que as transacções que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio.

X 37
Perle

Adicionalmente, poderão surgir ajustamentos de consolidação aos valores dos activos e passivos consolidados que geram ajustamentos aos impostos diferidos, nas situações em que geram diferenças temporárias entre as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais de cada participada.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os principais julgamentos utilizados e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes.

O Grupo IGEPE inclui apenas as empresas participadas que o Estado considera serem as suas participações estratégicas, independentemente da percentagem de controlo detida nessas entidades. Assim, algumas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 50% não foram incluídas no perímetro. A Nota 3 – Perímetro de Consolidação contém mais detalhes sobre este tema.

O Grupo IGEPE considera que não tem influência significativa em algumas participadas nas quais a percentagem de participação detida é superior a 20%. Por este motivo, em certas destas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 20% não foi aplicado o método da equivalência patrimonial.

Nota 8 – Investimentos em associadas contém mais detalhes sobre este tema.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o Grupo IGEPE registou um prejuízo líquido de 5 576 828 172 MT (31 de Dezembro de 2019: 1 492 621 370 MT). No entanto, não se espera que tal afecte a continuidade do grupo. A direcção considera que as entidades do grupo e o Grupo dispõem de recursos adequados para continuar a operar num futuro previsível. Por conseguinte, é apropriado adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Os órgãos de gestão estão convictos de que as entidades do grupo e a empresa se encontram numa posição financeira sólida e dispõem de recursos suficientes para satisfazer as necessidades previsíveis de tesouraria.

Handwritten signature: *Perle*



Imparidade de contas a receber

O Grupo IGEPE reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, é ainda efectuada uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

O Grupo IGEPE considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis e valores residuais dos activos tangíveis e intangíveis

O Grupo IGEPE reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Reavaliação dos activos tangíveis

O Grupo IGEPE aplica o modelo de revalorização na mensuração de certas classes de activos, após o reconhecimento inicial. Estas variações ao justo valor são reconhecidas nos capitais próprios. Estas reavaliações têm por base avaliações de activos efectuadas por avaliadores independentes. Nestas avaliações são utilizados pressupostos sobre determinados indicadores, os quais podem alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes das reavaliações reconhecidas.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

X P. 27



Para o cálculo da potencial perda por imparidade, são efectuadas estimativas sobre os fluxos caixa futuros esperados do uso continuado desses activos e da sua venda no final da sua vida útil. O período de projecções dos fluxos de caixa varia assim em função da vida útil média da unidade geradora de caixa. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que as entidades incluídas no perímetro de consolidação sejam parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa da potencial perda esperada, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal dados às transacções e eventos. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo IGEPE sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

A Administração Tributária dispõe da faculdade de rever a posição fiscal durante um período de 5 anos e desta revisão podem resultar correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA.

O Grupo IGEPE acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais, pelo que não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de activos por impostos diferidos depende de até que ponto é provável que haverá lucros tributáveis no futuro, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis serão utilizadas. O reconhecimento envolve, portanto, o julgamento sobre o futuro desempenho financeiro das várias Empresas que integram o perímetro.

2. Perímetro de consolidação

As subsidiárias consolidadas através do método de consolidação integral são as seguintes.

Handwritten signature and date: 27/12/2020



Empresas públicas

Entidade	Actividade	% de participação	
		2020	2019 Não auditado
Aeroportos De Moçambique, E.P. – ADM	Aeroporto	100%	100%
Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. – CFM	Transportes	100%	100%
Correios De Moçambique, E.P. [a)]	Comunicação	100%	100%
Electricidade De Moçambique, E.P. – EDM	Energia	100%	100%
Empresa Moçambicana De Dragagens, E.P. – EMODRAGA	Dragagem	100%	100%
Empresa Nacional De Hidrocarbonetos, E.P. – ENH	Oil & Gas	100%	100%
Hidráulica de Chóckwé, E.P. – HICEP	Gestão de Barragens	100%	100%
Imprensa Nacional De Moçambique, E.P.	Comunicação	100%	100%
Parque De Ciência E Tecnologia Em Maluana, E.P. – ENPCT	Logística	100%	100%
Regadio De Baixo Limpopo, E.P. – RBL	Gestão de Barragens	100%	100%
Rádio Moçambique, E.P. – RM	Comunicação e Media	100%	100%
Televisão De Moçambique, E.P. – TVM	Comunicação e Media	100%	100%

- a) Empresa excluída do perímetro por dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)

Empresas detidas exclusivamente pelo Estado

Entidade	Sector	% de participação	
		2020	2019 Não auditado
Silos e Terminal Graneleiro Da Matola, S.A. – STEMA	Logística	100%	100%
Banco Nacional De Investimentos, S.A. – BNI	Bancário	100%	100%
Sociedade Moçambicana De Medicamentos, S.A. – SMM	Saúde	100%	100%
Monte Binga, S.A.	Segurança	100%	100%
Sociedade De Farmácias De Moçambique, S.A. – FARMAC	Saúde	100%	100%
Transmarítima, S.A.	Transporte	100%	100%

Handwritten signature/initials



Empresas detidas maioritariamente pelo Estado

Entidade	Sector	% de participação	
		2020	2019 Não auditado
Domus - Sociedade De Gestão Imobiliária, S.A.	Imobiliário	94%	94%
Empresa Moçambicana De Exploração Mineira, S.A. – EMEM [b)]	Minério	85%	85%
Empresa Moçambicana De Seguros, S.A. – EMOSE	Seguros	70%	70%
Linhas Aéreas De Moçambique, S.A. – LAM	Transporte	96%	96%
Medimoc, S.A. [c)]	Saúde	64,72%	64,72%
Petróleos de Moçambique, S.A. – PETROMOC	Oil & Gas	80%	80%
Empresa Moçambicana de Pesca, S.A. – EMOPECA	Pesca	80%	80%
Sociedade De Notícias, S.A.	Comunicação e Media	99,80%	99,80%
Moçambique Telecom, S.A. – TMCEL	Telecomunicações	90%	90%

- b) Empresa excluída do perímetro por dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)
- c) Empresa em processo de alienação da totalidade do seu património

Empresas detidas indirectamente pelo Estado através das empresas que compõem o SEE

Entidade	Sector	% de participação	
		2020	2019 Não auditado
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	Turismo	100%	100%
ENH Logistics, S.A.	Logística	100%	100%
ENH Distribuição, S.A.	Logística	100%	100%
Pensão Taj Mahal	Turismo	100%	100%
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	Energia	100%	100%
EDM Telefibra, S.A.	Energia	100%	100%
CEZA II - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	Energia	100%	100%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	Energia	88%	88%
ENH FLNG UM, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
CFM - Sociedade Turística, S.A.	Turismo	100%	100%
ENH Rovuma Área Um, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
CFM - Transportes e Trabalhos Aéreos, S.A.	Transportes	100%	100%
Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, S.A.	Transportes	100%	100%
Companhia Moçambicana de Gasoduto, S.A.	Oil & Gas	80%	80%
Sociedade Nacional Transporte Energia S.A.	Logística	100%	100%
Sociedade Moçambicana de Serviços, S.A.	Catering	50%	50%
Moçambique Expresso, S.A.	Transportes	100%	100%
Carteira Móvel, S.A.	Bancário	70%	70%

Handwritten signature and initials

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Entidade	Sector	% de participação	
		2020	2019 Não auditado
Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A.	Oil & Gas	70%	70%
Agência de Viagem Mextur, Lda.	Hotelaria e Turismo	65%	65%
Teledata, S.A.	Telecomunicações	95%	95%
EMEM Logística e serviços mineiros, S.A.	Logística	85%	85%
Limpex - Limpeza Expresso, Lda.	Serviços	85%	85%
Olimax, S.A.	Oil & Gas	80%	80%
Somotor, S.A.	Automóvel	100%	100%
Mozambique Airport Handling Services, S.A.	Logística	51%	51%
Petromoc Africa, S.A.	Oil & Gas	0%	66%
Belavista Holding, S.A.	Logística	65%	65%
Petroauto, S.A.	Oil & Gas	64%	64%
Ecomoz, S.A.	Energia	65%	65%
Central Térmica De Ressano Garcia, S.A.	Oil & Gas	51%	51%
Portos de Cabo Delgado, S.A.	Logística	50%	50%
Sociedade Terminais de Moçambique, S.A.	Logística	50%	50%
Terminal de Granitos, S.A.	Logística	50%	50%
ENHL Bonatti	Oil & Gas	56%	56%
ENH Integrated Logistic Services	Oil & Gas	51%	51%
Gás Natural	Oil & Gas	51%	51%
ENH Rovuma Área 4, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
ENH LNG Shipping	Oil & Gas	51%	51%
ENH Small Scale	Oil & Gas	51%	51%
Petromoc & Sasol	Oil & Gas	51%	51%
Petrogás	Oil & Gas	60%	60%
Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários - IMENSIS	Imobiliário	0%	51%

X
Phab
Am

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



3. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de activos tangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2020									
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transporte	Terras e vasilhame	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activos tangíveis - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	100 244 768 498	305 728 433 278	8 817 030 878	5 703 880 562	10 323 543	1 402 613 815	22 108 572 854	4 992 167 181	50 584 857 535	575 069 048 814
Aquisições	888 780 925	2 291 181 567	233 744 695	986 150 792	96 792	96 949 645	1 381 014 768	822 318 575	15 402 127 468	21 844 952 246
Alienações, abates e transferências	5 581 034 863	12 403 324 379	(1 829 150 506)	(107 515 958)	(12 333)	(48 657 687)	(2 472 484 508)	(100 020 193)	(17 475 719 795)	(3 955 801 680)
Diferenças cambiais	9 895 444	-	2 625 237	7 300 383	-	79 081	151 306 813	-	1 123 050 905	1 294 257 555
Ajustamentos	(1 025 421 965)	(212 968 056)	185 103 252	(159 800 633)	-	51 088 150	1 488 281 578	(286 182 559)	548 712 555	967 572 428
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	174 718 787 593	320 350 871 198	5 309 582 484	6 129 115 127	10 406 002	1 584 382 793	27 048 281 383	4 910 083 014	50 322 838 609	604 820 040 282
Activos tangíveis - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	85 268 429 354	130 305 789 288	5 549 509 801	4 511 046 983	6 690 130	694 298 210	9 708 504 242	3 289 080 295	-	219 333 400 370
Depreciações do exercício	6 824 302 222	10 343 081 744	385 317 384	537 771 504	10 645	128 828 503	814 947 343	140 718 306	-	18 174 856 842
Imparidades	98 709 797	-	-	-	-	-	-	351 148 113	-	447 857 610
Alienações, abates e transferências	1 374 763 757	(1 338 032 758)	(2 080 325 857)	(112 043 387)	(12 333)	(30 542 703)	839 807 133	(126 183 248)	-	(1 672 710 401)
Ajustamentos	45 203 384	(326 125 012)	3 211 404	(75 135 256)	(0)	9 024 086	2 248 840 811	(655 030 073)	-	1 245 991 743
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	77 810 425 814	138 764 656 282	3 857 812 772	4 881 639 852	6 687 641	787 098 787	13 811 850 329	3 895 780 487	-	237 829 188 954
Valor líquido	102 108 359 079	181 586 214 916	1 451 769 712	1 247 475 275	3 718 361	796 774 078	13 236 431 054	1 014 302 527	50 322 838 609	367 990 851 328

	31/12/2019 Não auditado									
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transporte	Terras e vasilhame	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activos tangíveis - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	104 610 790 900	296 352 351 750	6 324 653 224	5 083 488 008	10 323 543	1 212 779 493	21 123 030 131	4 022 010 165	57 108 204 110	557 848 117 011
Aquisições	1 278 850 855	5 508 384 185	251 279 283	862 875 618	0	154 448 487	10 787 231	440 037 264	11 718 811 784	20 290 565 498
Alienações, abates e transferências	2 778 233 942	1 909 728 316	41 167 819	(184 320 343)	0	(5 219 728)	972 149 592	221 936 438	(9 282 358 360)	(4 036 851 068)
Diferenças cambiais	579 811 000	380 831 000	38 876	936 610	0	4 352	0	(338 875)	0	966 885 974
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	106 244 768 498	305 728 433 278	6 615 939 078	5 703 880 562	10 323 543	1 402 613 815	22 108 572 854	4 862 187 182	59 584 857 535	575 069 048 814
Activos tangíveis - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	58 016 810 050	121 770 630 550	4 856 022 755	3 978 268 090	9 977 468	581 454 875	8 181 975 142	2 800 144 728	-	201 191 993 278
Depreciações do exercício	5 004 690 044	10 328 308 673	696 300 040	836 830 228	11 841	117 784 287	1 527 450 841	480 234 963	-	19 383 588 748
Imparidades	114 287 218	115 820 513	-	-	-	-	-	(20 338 839)	-	209 598 892
Alienações, abates e transferências	(532 652 442)	(1 908 796 450)	(4 812 534)	(104 393 336)	-	(4 940 943)	(857 749)	(29 328 418)	-	(1 451 748 565)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	65 288 429 354	130 305 789 288	5 549 509 801	4 511 046 983	9 989 130	804 298 210	9 708 504 242	3 289 080 295	-	219 333 400 370
Valor líquido	103 976 339 144	175 422 643 990	1 066 429 277	1 192 833 579	3 834 413	597 315 595	12 399 068 612	1 035 096 892	59 584 857 535	356 736 648 442

As adições de activos tangíveis compreendem, essencialmente, o seguinte:

Aquisição de novos equipamentos para a modernização e expansão da rede de telecomunicações, bem como o aumento da capacidade de telefonia móvel;

A novas ligações para distribuição de energia e à conclusão dos seguintes projectos:

- o Reabilitação e reforço da rede de distribuição da cidade de Maputo; o Eletrificação rural da província de Cabo Delgado;
- o Extensão e reforço da Subestação de Tete – Matambo

Trabalhos adicionais no âmbito do Projecto de Reabilitação da Pista e Áreas de Manobra do Aeroporto Internacional de Maputo;

Construção da Sala VIP do Aeródromo de Chimoio;

Trabalhos relacionados com o projecto (em curso) VSAT Doméstico, HF e AMHS na FIR da Beira;

Aquisição de diverso equipamento de transporte e administrativo.

Handwritten signature/initials

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Os activos tangíveis por sector de actividade do Grupo IGEPE, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava-se como segue:

	31/ 12/ 2020			Total
	Construções	Equipamento básico	Outros activos tangíveis	
Sector de actividade				
Comunicação e Media	758 669 022	343 623 369	158 693 974	1 260 986 365
Energia	29 970 768 721	161 198 213 574	53 761 313 130	244 930 295 426
Financeiro	383 101 283	-	88 560 962	471 662 245
Imobiliário	69 060	2 924 461	42 936 513	45 930 034
Infraestruturas	28 493 307 074	1 178 607 404	707 794 520	30 379 708 997
Oil & Gas	8 539 483 222	589 327 978	16 101 106 133	25 229 917 333
Saúde	82 957 059	2 121 897	351 484 163	436 563 118
Seguros	1 759 768 406	50 555 538	85 817 386	1 896 141 330
Serviços	137 647 409	858 298	10 716 471	149 222 179
Tecnologia	379 776 000	2 362 915	2 590 956	384 729 871
Telecomunicações	10 698 161 577	8 424 670 675	173 095 603	19 295 927 855
Transportes e logística	20 686 557 384	9 775 435 022	2 447 776 542	32 909 768 947
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	101 890 266 216	181 568 701 131	73 931 886 354	357 390 853 701

	31/ 12/ 2019			Total
	Construções	Equipamento básico	Outros activos tangíveis	
Sector de actividade				
Comunicação e Media	725 266 217	477 007 264	165 998 328	1 368 271 809
Energia	30 532 688 774	151 281 314 390	55 758 280 799	237 572 283 962
Financeiro	383 399 469	-	77 228 964	460 628 433
Imobiliário	70 630	5 867 412	44 197 624	50 135 666
Infraestruturas	29 890 575 856	1 580 133 293	733 606 184	32 204 315 333
Oil & Gas	10 146 185 479	729 729 898	16 255 426 808	27 131 342 185
Saúde	83 055 744	2 047 668	334 034 518	419 137 930
Seguros	1 580 495 401	66 154 070	63 206 088	1 709 855 559
Serviços	140 330 846	858 298	10 308 002	151 497 146
Tecnologia	388 608 000	4 672 752	4 095 040	397 375 791
Telecomunicações	8 491 923 805	11 673 049 619	683 228 627	20 848 202 051
Transportes e logística	21 613 738 924	9 634 143 448	2 174 718 203	33 422 600 575
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	103 976 339 144	175 454 978 112	76 304 329 185	355 735 646 441

Handwritten signature/initials.



4. Activos tangíveis de investimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de activos tangíveis de investimento decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2020	
	Terrenos	Edifícios
		Total
Activos tangíveis de investimento - custo		
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	16 365 558 000	12 151 661 437
Aquisições	-	813 668 240
Alienações, abates e transferências	-	242 210
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	16 365 558 000	12 965 571 888
Activos tangíveis de investimento - amortizações e imparidades		
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	12 052 134 000	1 706 074 901
Depreciações do exercício	564 318 000	57 425 551
Imparidades	-	-
Alienações, abates e transferências	-	(500)
Ajustamentos	-	51 951 539
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	12 616 452 000	1 815 451 491
Valor líquido	3 749 106 000	14 899 226 396

Handwritten signature

31/12/2019 Não auditado			
	Terrenos	Edifícios	Total
Activos tangíveis de investimento - custo			
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	-	6 054 464	6 054 464
Aquisições	16 365 558 000	12 145 606 973	28 511 164 973
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	16 365 558 000	12 151 661 437	28 517 219 437
Activos tangíveis de investimento - amortizações e imparidades			
Saldo em 1 de Janeiro de 2019			
Entradas no perímetro	11 362 211 000	97 620 650	97 620 650
Depreciações do exercício	689 923 000	1 538 149 305	12 900 360 305
	12 052 134 000	70 304 945	13 758 208 901
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 Valor líquido	4 313 424 000	10 445 586 537	14 759 010 537
Valor Líquido			

A rubrica dos activos tangíveis de investimento inclui, essencialmente, edifícios com o objecto de gerar rendas, que dizem respeito a bens alugados a terceiros, como a Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte e Sociedades Terminais de Moçambique, entre outros imóveis. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 29.

5. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o goodwill decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

31/12/2020				
	Custo	Amortização	Imparidade	Total
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	-	20 789 883
	94 597 968	-	-	94 597 968

31/12/2019 Não auditado				
	Custo	Amortização	Imparidade	Total
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Maputo Office Park	20 789 883	-	-	20 789 883
	67 066 672	-	-	67 066 672

Handwritten signature/initials



6. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de activos intangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

31/12/2020					
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activos intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	17 234 509	6 957 236 178	876 711 793	107 546 065 901	115 397 248 381
Aquisições	(269 073)	261 749 967	6 719 068	50 737 645 781	51 005 845 742
Alienações, abates e transferências	-	(1 123 659 956)	4 026 000	(127 427 782)	(1 247 061 738)
Diferenças cambiais	-	6 671 168	202 134	15 856 090 728	15 862 964 030
Ajustamentos	403 960	(227 553 353)	127 956 932	(20 598 041 755)	(20 697 234 217)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	16 965 436	6 101 997 357	887 658 994	174 012 374 628	181 018 996 415
Activos intangíveis - amortizações e imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	15 757 840	3 532 776 149	572 082 293	571 000	4 121 187 282
Depreciações do exercício	216 532	516 946 680	92 953 175	-	610 116 387
Imparidades	-	-	-	-	-
Alienações, abates e transferências	-	(587 499 607)	(155 303)	-	(587 654 910)
Ajustamentos	(140 121)	249 784 216	(38 949 740)	(571 000)	210 123 355
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	15 834 251	3 712 007 438	625 930 425	-	4 353 772 114
Valor líquido	1 131 185	2 389 989 919	261 728 569	174 012 374 628	176 665 224 301

31/12/2019 Não auditado					
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activos intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	24 817 199	5 418 617 530	774 295 279	89 293 567 470	95 511 297 478
Aquisições	5 252 728	1 520 280 333	105 944 629	18 271 364 286	19 902 841 976
Alienações, abates e transferências	(12 835 418)	18 338 315	(3 528 115)	(18 865 855)	(16 891 073)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	17 234 509	6 957 236 178	876 711 793	115 397 248 381	181 018 996 415
Activos intangíveis - amortizações e imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	20 626 808	2 975 895 585	459 358 256	571 000	3 456 451 649
Depreciações do exercício	330 302	560 564 321	145 595 351	-	706 489 974
Alienações, abates e transferências	(5 199 270)	(3 683 757)	(32 871 314)	-	(41 754 341)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	15 757 840	3 532 776 149	572 082 293	571 000	4 121 187 282
Valor líquido	1 476 669	3 424 460 029	304 629 500	107 545 494 901	111 276 061 099

X 27



A rubrica de propriedade industrial inclui, essencialmente, o seguinte:

Licenças de telecomunicações. Parte do aumento registado em 2020 compreende o direito de utilização dos espectros nas faixas de 800Mhz concedido pelo Instituto das Comunicações de Moçambique através do leilão e pela Afritel através da transmissão de licenças;

Direitos de concessão. Direitos de concessão da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de explorar e produzir gás natural nos campos de Pande e Temane. Este direito expira em 2033.

A rubrica de activos intangíveis em curso inclui investimentos feitos na fase de pesquisa da Área 4, onde a ENH tem um interesse participativo de 10%. Os investimentos nesta área ascenderam a 65.871.404.723 Meticais, à data de 31 de Dezembro de 2020, incluindo capital, juros e diferenças cambiais. Os investimentos correspondentes ao interesse participativo da ENH foram financiados pelos parceiros da Área 4 (Mozambique Rovuma Venture, Galp Energia Rovuma B.V. e Korea Gas Corporation). O financiamento dos activos de exploração de recursos naturais da Área 1 corresponde a um montante de 108.068.796.443 Meticais, que inclui capital, juros e diferenças cambiais e representa todas as despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa até 31 de Dezembro de 2020.

De acordo com o contracto de concessão de pesquisa e exploração (EPCC), os custos incorridos até à data da aprovação do plano de desenvolvimento são suportados pela concessionária (TOTAL, então Anadarko Petroleum Corporation) e pelos outros participantes, sob a forma de Carry à ENH, E.P.

O contracto de concessão para a pesquisa e produção na Área 1 Offshore do Bloco de Rovuma foi assinado em Dezembro de 2007, entre o Governo de Moçambique, Anadarko Petroleum Corporation e a ENH, E.P.

7. Investimentos em associadas

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de investimentos em associadas decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial		
Em subsidiárias	205 741 418	56 229 803
Em associadas	20 672 593 203	18 410 404 095
	20 878 334 621	18 466 633 898
Imparidades		
Em subsidiárias	(10 770 000)	(10 420 000)
Em associadas	(567 854 925)	(236 912 253)
	(578 624 925)	(247 332 253)
	20 299 709 696	18 219 301 645

Estão incluídos nesta rubrica os investimentos em subsidiárias que não foram incluídos no perímetro de consolidação (ver Nota 3).

Handwritten signature/initials

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Os investimentos em associadas mais significativos discriminam-se como segue:

	Período	
	31/12/2020	31/12/2019 Não auditado
Subsidiárias e Associadas		
Maputo Port Development Company	4 981 498 917	4 019 397 335
Coomelder Moçambique	2 659 954 770	2 165 498 610
ROMPCO	2 529 647 939	4 378 543 201
Motraco, S.A.	2 282 519 573	1 792 715 085
DP World Maputo S.A.	2 194 385 600	2 047 778 800
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	1 193 169 345	879 897 971
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo, S.A.	787 835 541	715 079 874
Matola Gas Company, S.A.	529 084 584	554 988 250
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	525 000 000
Tv Cabo	402 146 940	349 861 329
CTRG	388 683 904	-
Proindicus	344 249 890	344 249 890
Petrobeira	274 818 547	197 968 310
LIA - Limpopo Industrias Alimentares, S.A.	164 151 615	14 640 000
Petromoc Bunkering Limitada	126 008 000	-
Petromoc&Sasol	889 556 448	-
Transcom, S.A.	43 913 442	35 355 248
Inpetro	81 636 155	82 417 391
Televisa	58 241 614	72 923 542
Portos do Norte S.A.	51 105 300	27 105 900
Emeritus (ZIMRE)	23 292 077	-
ENH Khogas	-	-
Outras entidades	347 434 420	263 213 162
	20 878 334 621	18 466 633 898

Estes investimentos estão mensurados de acordo com o método da equivalência patrimonial.

Os movimentos nas imparidades foram os seguintes:

	31-12-20			
	Saldo Inicial	Ajustamento	Imparidade do período	Reversão de imparidade no período
Movimento nas imparidades				
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	-	-	350 000	-
EMATUM	5 100 000	-	-	-
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	-
	10 420 000		350 000	-
AutoGás	2 564 604	-	-	-
Mozaico de Indigo	36 137 624	-	-	-
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	124 401 039	-	400 598 961	-
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	-
Outras	36 308 988	(69 656 291)	-	-
	236 912 255	(69 656 291)	400 598 961	-
	247 332 255	(69 656 291)	400 948 961	-

Portul
X 27



	31/ 12/ 2019			
	Não auditado			
		Imparidade do	Reversão de	
	Saldo Inicial	período	imparidade no	Saldo final
			período	
Movimento nas imparidades				
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	-	-	-	-
EMATUM	5 100 000	-	-	5 100 000
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	5 320 000
AutoGás	2 564 604	-	-	2 564 604
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	120 635 271	3 765 767	-	124 401 039
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	37 500 000
Mozaico de Indigo	17 284 740	18 852 884	-	36 137 624
Outras	40 587 925	-	(4 278 937)	36 308 987
	228 992 540	22 618 651	(4 278 937)	247 332 254

8. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outros activos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros investimentos financeiros	1 169 464 555	1 084 380 857
	1 169 464 555	1 084 380 857
Investimentos detidos até à maturidade	181 370 300	267 451 000
	181 370 300	267 451 000
	1 350 834 855	1 351 831 857

Os outros investimentos financeiros detalham-se como segue:

	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros investimentos financeiros		
Coca-Cola	64 323 300	64 323 300
Portugal Telecom	38 899 230	38 899 230
Rascom	32 670 166	32 670 166
West Indian Ocean Company (WIOCC)	26 505 000	26 505 000
Outros investimentos financeiros	1 007 066 859	921 983 161
	1 169 464 555	1 084 380 857

Os outros investimentos não discriminados respeitam maioritariamente a investimentos diversos detidos pelo BNI.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade detalham-se como segue:

	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Investimentos detidos até à maturidade		
Obrigações Bayport 2018 1ª série	80 000 000	80 000 000
Obrigações Bayport 2016	50 000 000	50 000 000
Obrigações do Tesouro 2019 6ª série	29 555 500	30 000 000
Obrigações Bayport 2019 1ª série	21 814 800	-
Bilhetes do Tesouro - Barclays Bank	-	15 000 000
Obrigações Petromoc 2015	-	92 451 000
	181 370 300	267 451 000

X Flore
23



Estes investimentos incluem aplicações de curto prazo em instituições financeiras (Operações do Mercado Monetário Interbancário e Reverse Repo).

Os investimentos detidos até a maturidade compreendem, entre outros:

Obrigações Bayport 2016 - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 07 de Abril de 2021 e rende juros a uma taxa anual indexada a FPC + 9,25%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

Obrigações Bayport 2018 – 1ª série, foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 17 de Julho de 2021 e rende juros a uma taxa anual variável e igual a media da taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro com maturidade igual ou superior a 360 dias, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente, sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

Obrigações Bayport 2019 – 1ª série, adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2024, e rende juros a uma taxa anual fixa de 20%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado, de uma só vez, na data de vencimento.

Obrigações do Tesouro 2019 – 6ª série, foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 08 de Maio de 2022 e rende juros a uma taxa anual fixa de 14% durante os primeiros 2 pagamentos semestrais de juros e variável nos 4 últimos pagamentos semestrais. A taxa de juro que remunera cada obrigação nos últimos 4 pagamentos semestrais, resultará da adição de uma margem percentual a um indexante, arredondada para 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior. Os juros são pagos semestralmente, sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

9. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros investimentos disponíveis para venda	4 285 211 776	3 445 315 438
Imparidade - Outros investimentos disponíveis para venda	(237 389 969)	(235 301 792)
	4 047 821 807	3 210 013 646

Handwritten signature and date: 21/12/20



Os outros investimentos disponíveis para venda incluem:

	Período	
	31/12/2020	31/12/2019 Não auditado
Investimentos detidos para venda		
Nosso Banco	222 961 919	222 961 919
Central Solar de Metoro, S.A	33 199 765	13 506 000
Coral FNLG, S.A.	11 995 160	-
Rovuma LNG, S.A.	11 984 000	10 118 574
Outros investimentos detidos para venda	16 314 831	32 527 784
	296 455 675	279 114 277
Investimentos disponíveis para venda		
Banco Internacional de Moçambique	1 558 524 329	1 422 283 316
Obrigações do tesouro	1 005 581 060	472 382 607
Outros títulos	434 987 777	398 079 228
Banco BIG, S.A	284 774 830	210 008 115
Empresas privadas	219 732 724	43 000 620
Cervejas de Moçambique, S.A	-	302 610 126
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	126 431 458	103 367 268
Bilhetes do tesouro	91 157 436	101 669 348
Cimentos de Moçambique	-	65 111 908
Outros investimentos disponíveis para venda	267 566 487	47 688 625
	3 988 756 101	3 166 201 161
	4 285 211 776	3 445 315 438

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem, entre outros, obrigações de tesouro, obrigações corporativas, nomeadamente:

Obrigações do Tesouro 2018 (1ª Série) representativas de 500.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 27 de Março de 2018, apresentando um justo valor de MT102,74 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 19% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2018 (5ª Série) representativas de 2.390.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 08 de Agosto de 2018, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 106,54 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2018 (7ª Série) representativas de 410.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 12 de Setembro de 2018, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 103,63 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2018 (10ª Série) representativas de 267.752 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 24 de Outubro de 2018, apresentando um justo valor de MT 102,76 cada à data do reporte.

Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Handwritten signature/initials



Obrigações do Tesouro 2018 (12ª Série) representativas de 152.330 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 28 de Novembro de 2018, apresentando um justo valor de MT 100,87 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2019 (3ª Série) representativas de 30.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 27 de Fevereiro de 2019, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 108,93 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2019 (9ª Série) representativas de 450.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 12 de Junho de 2019, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 106,07 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 12%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série) representativas de 4.110.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 11 de Março de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 107,72 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série) representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 25 de Março de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 113,67 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série) representativas de 139.114 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 09 de Setembro de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de 107,51 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série) representativas de 435.664 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 07 de Outubro de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 106,01 cada à data do reporte. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Handwritten signature and initials.



Os investimentos em títulos de empresas privadas são constituídos pelos seguintes instrumentos de dívida:

Obrigações Opportunity Bank 2018 (2ª Série) representativas de 1.800.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Junho de 2018, por 3 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 21,50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data do reporte os títulos apresentam justo valor de MT 106,48 cada.

Obrigações Companhia de Moçambique 2017 representativas de 135.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 13 de Dezembro de 2017, por 4 anos. Os juros são pagos numa base trimestral à taxa anual de 27% para os primeiros quatro cupões e a Prime Rate do sistema financeiro para os restantes cupões. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data do reporte os títulos apresentam justo valor de MT 107,94 cada.

Obrigações Corporativas Bayport 2016 (2ª Série) representativas de 50.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 21 de Junho de 2016, por 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 22% para o primeiro cupão e a uma taxa variável indexada à FPC + 9,25%, para os restantes cupões. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data do reporte os títulos apresentam justo valor de MT 108,69 cada.

Obrigações Bayport 2018 – 1ª série, foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 17 de Julho de 2021 e rende juros a uma taxa anual variável e igual a media da taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro com maturidade igual ou superior a 360 dias, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

Obrigações Bayport 2019 – 1ª série, adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2024, e rende juros a uma taxa anual fixa de 20%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado, de uma só vez, na data de vencimento.

10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de inventários decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

31/12/2020				
	Em armazém	Em poder de terceiros	Ajustamentos	Saldo final
Inventários				
Mercadorias	1 585 544 929	-	(344 508 324)	1 241 036 605
Produtos acabados e intermédios	17 840 318	-	-	17 840 318
Produtos ou serviços em curso	16 776 691	-	-	16 776 691
Matérias primas, auxiliares e materiais	7 652 467 485	-	(119 734 442)	7 532 733 042
	9 272 629 422	-	(464 242 766)	8 808 386 656

31/ 12/ 2019 Não auditado			
	Em armazém	Ajustamentos	Saldo final
Inventários			
Mercadorias	2 264 082 340	(27 328 492)	2 236 753 847
Produtos acabados e intermédios	18 339 377	-	18 339 377
Produtos ou serviços em curso	128 847 282	-	128 847 282
Matérias primas, auxiliares e materiais	6 360 998 550	(86 071 543)	6 274 927 007
	8 772 267 549	(113 400 035)	8 658 867 514

Handwritten signature/initials

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



As mercadorias incluem combustíveis, medicamentos, recargas, cartões iniciais, entre outros.

A rubrica de Matérias-primas, auxiliares e materiais inclui material eléctrico, material mecânico, material de construção, peças, sobressalentes, combustíveis, lubrificantes, entre outros.

Os movimentos nos ajustamentos de inventários em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentam-se como segue:

	Saldo inicial	Ajustamentos do período	31/12/2020 Reversão de ajustamentos no período	Utilização	Saldo final
Movimento nos ajustamentos de inventários					
Mercadorias	27 328 492	317 179 832	-	-	344 508 324
Matérias primas, auxiliares e materiais	86 071 543	(20 159 969)	62 939 000	(9 116 132)	119 734 442
	113 400 035	302 662 000	62 939 000	(9 116 132)	464 242 766

	Saldo inicial	Ajustamentos do período	31/12/2019 Não auditado Reversão de ajustamentos no período	Utilização	Saldo final
Movimento nos ajustamentos de inventários					
Mercadorias	24 488 426	5 967 734	(3 127 668)	-	27 328 492
Matérias primas, auxiliares e materiais	86 771 747	(700 000)	-	-	86 071 543
	111 260 173	5 267 734	(3 127 668)	-	113 400 035

A variação da produção e de trabalhos em curso de inventários em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresenta-se como segue:

	Saldo inicial	Regularizações	Saldo final	Variação da produção
Variação da produção e de trabalhos em curso				
Produtos acabados e intermédios	-	4 018 450	-	2 843 371
	-	4 018 450	-	2 843 371

	Saldo inicial	Regularizações	Saldo final	Variação da produção
Variação da produção e de trabalhos em curso				
Produtos acabados e intermédios	-	1 175 079	-	1 175 079
	-	1 175 079	-	1 175 079

Handwritten signature/initials

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



O movimento do custo dos inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresenta-se como segue:

31/12/2020				
	Saldo inicial	Compras	Regularizações	Saldo final
Custo dos inventários vendidos ou consumidos				Custo dos inventários
Mercadorias	2 264 082 340	12 693 891 099	-	(1 585 544 929)
Matérias primas, auxiliares e materiais	6 360 998 550	34 328 111 466	(1 435 919 852)	(7 652 467 485)
	8 625 080 890	47 022 002 565	(1 435 919 852)	(9 238 012 413)

31/ 12/ 2019 Não auditado				
	Saldo inicial	Compras	Saldo final	Custo dos inventários
Custo dos inventários vendidos ou consumidos				
Mercadorias	150 553 064	23 954 562 922	(2 264 082 340)	21 841 033 646
Matérias primas, auxiliares e materiais	6 434 198 309	28 528 055 525	(6 360 998 550)	28 601 255 285
	6 584 751 373	52 482 618 447	(8 625 080 890)	50 442 288 931

11. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de clientes decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Clientes		
Clientes c/c	51 828 015 011	40 769 346 790
Clientes títulos a receber	4 423 502	302 007 282
Clientes de cobrança duvidosa	3 529 517 410	3 978 746 165
	55 361 955 923	45 050 100 237
Imparidade de contas a receber		
Clientes c/c	(13 442 226 425)	(13 417 994 624)
Clientes títulos a receber	(101 342)	(101 341)
Clientes de cobrança duvidosa	(3 053 880 162)	(3 249 144 146)
	(16 496 207 929)	(16 667 240 112)
	38 865 747 994	28 382 860 126

Handwritten signature

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Os movimentos nas imparidades de contas a receber em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentam-se como segue:

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/12/2020			Saldo final
			Ajustamento	Reversão de imparidade no período	Utilização imparidade acumulada	
Movimento nas imparidades de contas a receber						
Imparidade de clientes c/c	13 417 994 624	2 300 972 377	(86 934 084)	(865 226 369)	(1 324 580 123)	13 442 226 425
Imparidade de clientes títulos a receber	101 342	-	-	-	-	101 342
Imparidade de clientes de cobrança duvidosa	3 249 144 146	15 936 110	-	(211 189 481)	(10 613)	3 053 880 162
Imparidade de outros devedores	2 283 579 859	1 742 477 486	465 438 490	(11 135 215)	(60 986 132)	4 419 374 469
	18 950 819 971	4 059 385 973	378 504 407	(1 087 551 065)	(60 986 745)	20 915 582 418
				(3 350 339 315)		

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/ 12/ 2019		Saldo final
			Não auditado	Utilização imparidade acumulada	
Movimento nas imparidades de contas a receber					
Imparidade de clientes c/ c	11 626 134 144	3 639 695 456	(560 171 408)	(1 287 663 567)	13 417 994 624
Imparidade de clientes títulos a receber	101 342	-	-	-	101 342
Imparidade de clientes de cobrança duvidosa	2 790 497 101	469 774 095	(11 140 855)	13 805	3 249 144 146
Imparidade de outros devedores	1 852 193 304	1 158 883 372	(63 747 297)	(663 749 519)	2 283 579 859
	16 268 925 891	5 268 352 923	(635 059 560)	(663 735 714)	18 950 819 971

Handwritten signature: R. Rocha



12. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outros activos correntes decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros activos correntes		
Adiantamentos a fornecedores	2 393 788 219	2 661 890 674
Estado e outros organismos públicos		
IRPC a recuperar	1 300 180 175	1 904 438 791
Pagamentos por conta	161 037 330	171 086 177
Pagamento especial por conta	3 234 920	3 065 997
IVA a recuperar	10 946 162 868	8 984 827 287
IVA reembolsos pedidos	256 605 903	261 308 839
Estado e outros organismos públicos	986 008 867	308 025 904
Pessoal	873 636 603	978 019 049
Empréstimos concedidos	2 582 791 652	2 803 510 420
Sócios e acionistas		
Subscritores de capital	6 517 708 714	12 138 414
Adiantamento por conta de lucros	1 318 000	-
Lucros disponíveis	14 063 000	400 000
Outras operações	486 026 581	1 702 790 569
Outros devedores		
Entidades privadas	967 505 000	292 384 000
Devedores diversos	13 680 905 044	7 655 930 758
Perdas por imparidade acumuladas - Outros devedores	(4 419 374 489)	(2 283 579 85 9)
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	134 107 097	87 797 602
Outros acréscimos de rendimentos	2 259 759 468	890 042 278
Gastos diferidos		
Seguros	38 363 476	18 709 695
Outros gastos diferidos	1 519 728 916	2 269 296 431
	40 703 557 343	28 722 083 026

A rubrica de devedores diversos inclui um saldo de 3.316.709.561 Meticais, correspondente ao valor dos dividendos atribuídos pela CEZA ao Grupo, entregues directamente por aquela ao Tesouro, no montante de 19.000.000 Dólares norte-americanos (equivalentes a 1.409.040.001 milhares de Meticais), correspondentes aos exercícios de 2011 a 2013; 467.669.560 Meticais correspondentes ao exercício de 2018 e 1.440.000.000 Meticais que respeitam aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2019.

O saldo dos subscritores de capital corresponde a um valor do aumento do capital social ainda não realizado na Petromoc.

Assinatura
[Assinatura manuscrita]



13. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de caixa e bancos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Caixa e bancos		
Caixa	102 391 828	86 626 613
Depósitos a ordem	36 671 013 366	27 920 916 283
Depósitos com pré-aviso	36 712 557	213 545 964
Depósitos a prazo	21 932 712 508	15 179 589 795
Depósitos em moeda estrangeira	469 363 335	105 619 468
	59 212 193 594	43 506 298 123
Imparidade de outros activos		
Bancos	(130 315 980)	(96 549 101)
	(130 315 980)	(96 549 101)
	59 081 877 614	43 409 749 023

14. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Activos não correntes detidos para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Activos não correntes detidos para venda		
Activos não correntes detidos para venda	1 278 351 653	1 243 302 804
Imparidades	(690 021 653)	542 074 403
	588 330 000	701 228 401

Nesta rubrica encontram-se registados imóveis e equipamentos que foram obtidos através da dação em cumprimento de créditos em dívida. Em 2020, o Grupo IGEPE transferiu para uso em operações próprias um imóvel que estava detido para venda.

Adicionalmente, em referência a 31 de Dezembro de 2020, foram obtidas avaliações realizadas por peritos independentes para os Embraer 190 (EMA e EMB), tendo em vista determinar o justo valor à data de balanço das rubricas de aeronaves. O justo valor foi determinado através de tendências históricas projectadas para o mercado actual. Em resultado desta reavaliação, os activos não disponíveis para a venda, tiveram um decréscimo no valor dos referidos bens no montante de 147.947.250 Meticais, os quais foram contabilizados em resultados na rubrica de Perdas por Imparidade de activos tangíveis".

O movimento da imparidade de activos não correntes detidos para venda a 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresenta-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Movimentos na imparidade		
Saldo inicial	542 074 403	-
Imparidades do período	147 947 250	542 074 403
Outros movimentos	-	-
Saldo final	690 021 653	542 074 403

Handwritten signature: F. F. F. F. F.



15. Capital próprio

15.1. Capital social

O capital estatutário do IGEPE no montante de 361.014.763 Meticais, encontra-se totalmente realizado e foi fixado por despacho de Sua Excia. a Ministra do Plano e Finanças de 31 de Março de 2013, tendo sido realizado como segue:

	Valores em Meticais
Participações financeiras	295.430.800
Dotação monetária	64.325.528
Bens patrimoniais	1.258.435
	<u>361.014.763</u>

15.2. Reservas

As reservas do Grupo IGEPE incluem os seguintes itens:

Reservas legais

De acordo com a lei vigente, deve ser transferida para a reserva legal uma parte não inferior a 5% dos resultados líquidos do exercício, até que esta reserva represente, pelo menos, 20% do capital social (Artº144 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O valor apresentado nesta rubrica corresponde ao somatório de todas as reservas legais das empresas incluídas no perímetro de consolidação, na proporção detida pelo Grupo IGEPE.

Reservas de reavaliação e reservas de investimento

Corresponde à parte ainda não realizada da reavaliação efectuada aos activos tangíveis do Grupo IGEPE, a qual se encontra mensurada líquida dos impostos diferidos. É uma reserva não distribuível a accionistas.

Esta reserva é realizada ou pela venda do activo, ou pela sua utilização. A parte correspondente à realização anual desta reserva é transferida para resultados transitados e está disponível para distribuição.

Outras reservas

Estão aqui incluídas as seguintes reservas:

○ Reserva de consolidação

Está aqui incluída a diferença entre os activos, os passivos e os interesses minoritários das participadas que estão incluídas no perímetro de consolidação, mas que são detidas directamente pelo Estado Moçambicano (isto é, empresas nas quais o IGEPE não tem uma participação financeira para anular por contrapartida do reconhecimento dos activos líquidos identificados da participada). A estas empresas é aplicado o método da comunhão de interesses modificado (método aplicável às transacções nas quais não se identifica um adquirente) previsto na IPSAS 40.

Handwritten signature and initials



- Reservas estatutárias e reservas livres
Tratam-se de reservas que foram criadas com objectivos diversos e que estão disponíveis para distribuição aos accionistas.
- Reservas relativas ao método da equivalência patrimonial
Estão aqui registadas as reservas relativas à aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas participadas. O valor incluído nesta rubrica não está disponível para distribuição.

15.3. Outras componentes do capital próprio

São registadas nesta rubrica as reservas de justo valor relativas a activos e passivos financeiros que estão mensurados ao justo valor com as variações reconhecidas nos capitais próprios, nomeadamente, os instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Estas reservas apresentam-se líquidas de impostos diferidos.

16. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de provisões decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

31/12/2020						
	Saldo inicial	Provisões do período	Ajustamentos	Reversões do período	Utilizações do período	Saldo final
Provisões - Não correntes						
Processos judiciais em curso	1 330 302 853	522 644 051	744 973 589 -	2 710 719 -	1 320 985 277	1 274 224 497
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	450 000	-	22 877	-	472 877	-
Impostos	-	-	521 816 574	-	326 118 177	847 934 751
Reestruturação de negócios	508 000	-	-	-	-	508 000
Garantias a clientes	12 090 139	3 450 723	469 070	-	9 187 328	6 822 604
Outras provisões	24 176 190 693	2 008 503 210	3 829 212 687 -	565 685 511 -	3 747 525 810	25 700 695 269
	25 519 541 684	2 534 597 984	5 096 494 797 -	566 396 230 -	4 752 053 114	27 830 185 121
Provisões - Correntes						
Processos judiciais em curso	132 040 241	-	26 447 000	-	162 547 473	321 034 714
Impostos	15 096 949	-	15 096 949	-	15 096 949	15 096 949
Garantias a clientes	-	-	-	4 422 848	4 422 846	-
Outras provisões	49 853 130	11 403 088	-	-	129 085 478	190 341 696
	196 990 320	11 403 088	41 543 949 -	4 422 848	280 958 848	526 473 359
	25 716 532 004	2 546 001 073	5 138 038 746 -	572 819 078 -	4 471 094 266	28 356 658 480
				(7 111 220 743)		
31/12/2019 Não auditado						
	Saldo inicial	Provisões do período	Reversões do período	Utilizações do período		Saldo final
Provisões - Não correntes						
Processos judiciais em curso	982 705 607	347 597 246	-	-	-	1 330 302 853
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	472 877	-	(22 877)	-	-	450 000
Reestruturação de negócios	508 000	-	-	-	-	508 000
Garantias a clientes	4 425 919	7 664 220	-	-	-	12 090 139
Outras provisões	19 790 544 153	4 392 801 704	(7 155 164)	-	-	24 176 190 693
	20 778 656 556	4 748 063 170	(7 178 041)			25 519 541 684
Provisões - Correntes						
Processos judiciais em curso	156 899 113	-	-	(24 858 872)	-	132 040 241
Impostos	83 365 000	-	-	(68 268 051)	-	15 096 949
Perdas em contratos de construção	1 898 464	-	(1 898 464)	-	-	-
Outras provisões	132 937 955	471 352	-	(83 556 177)	-	49 853 130
	375 100 532	471 352	(1 898 464)	(176 683 100)		196 990 320
	20 778 656 556	4 748 534 522	(9 076 505)	(176 683 100)		25 716 532 004

Handwritten signature/initials



A rubrica das provisões sobre processos judiciais em curso, corresponde a diversos processos judiciais em curso contra o Grupo IGEPE, destacando o Processo judicial nº. 100/2014 -N, no montante de 983.077.593 Meticais, no qual o exequente, exige uma compensação no montante de 63.000.000 USD. No dia 14 de Janeiro de 2016, as partes chegaram a um acordo extrajudicial no qual decidiu-se por um pagamento no montante de 12.212.000 USD, e a diferença seria coberta por oportunidades de negócio a identificar futuramente. Posteriormente, em 23 de Fevereiro de 2017, foi assinado um acordo de princípio no qual o exequente comprometeu-se a abdicar da compensação global de 63.000.000 USD em troca de uma participação no capital de uma sociedade do grupo em que a ré se insere.

A rubrica de provisões sobre impostos destina-se a fazer face aos atrasos no pagamento do IRPS e IVA ao Estado.

A rubrica de outras provisões inclui o montante das responsabilidades com fundo de pensões dos trabalhadores do Grupo IGEPE, provisões técnicas de contratos de seguro e a provisão para os custos de encerramento e de reabilitação ambiental respeitante ao bloco de Pande e Temane.

17. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de empréstimos obtidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Empréstimos obtidos - médio e longo prazo		
Bancários	205 664 658 201	139 157 322 519
Obrigações convertíveis	-	-
Obrigações não convertíveis	1 400 000 000	800 000 000
Títulos de participação	-	-
Estado	9 870 450 324	7 207 023 967
Outros	-	-
	216 935 108 525	147 164 346 486
Empréstimos obtidos - curto prazo		
Bancários	17 814 183 496	14 770 799 104
Descobertos bancários	692 050 179	-
Obrigações convertíveis	-	-
Obrigações não convertíveis	-	-
Títulos de participação	-	-
Estado	148 162 088	79 471 000
Outros	60 000 000	31 942 822
	18 714 395 763	14 882 212 926
	235 649 504 288	162 046 559 412

Handwritten signature
27/12/2020

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



O detalhe dos empréstimos bancários, por participada, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Empréstimos bancários - médio e longo prazo		
IGEPE	-	194 928 707
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	12 182 934 097	9 652 678 350
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	2 508 868 000	-
CORREIOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	1 360 800 000	1 367 974 000
EMPRESA MOÇAMBICANA DE DRAGAGENS, E.P	-	-
EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	176 815 184 926	112 461 141 252
HIDRÁULICA DE CHOKWE, E.P	-	-
IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM MALUANA, E.P	-	-
REGADIO DE BAIXO LIMPOPO, E.P	13 926 512	14 226 512
RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	24 949 872	-
TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	350 517 875	-
DOMUS - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	30 935 759	33 743 533
EMPRESA MOÇAMBICANA DE EXPLORAÇÃO MINEIRA, S.A	-	-
EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	98 340 907	142 836 551
SOCIEDADE DE FARMÁCIAS DE MOÇAMBIQUE, S.A*	271 397	-
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	3 920 077 852	4 031 469 442
MEDIMOC, S.A	-	-
MONTE BINGA, S.A	-	-
PETROMOC, S.A	6 363 557 887	9 005 696 769
EMOPESCA, S.A	-	-
SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	-	-
SOCIEDADE NOTÍCIAS, S.A	6 918 142	18 247 102
SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	105 016 122	70 095 541
MOCAMBIQUE TELECOM, SA*	1 882 358 853	2 164 284 761
TRANSMARÍTIMA, S.A	-	-
	205 664 658 201	139 157 322 519
Empréstimos bancários - curto prazo		
IGEPE	-	-
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	1 097 412 931	1 655 644 487
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	392 022 000
CORREIOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	406 827 000	574 655 000
EMPRESA MOÇAMBICANA DE DRAGAGENS, E.P	-	-
EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	3 754 232 187	120 711 454
HIDRÁULICA DE CHOKWE, E.P	-	-
IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM MALUANA, E.P	-	-
REGADIO DE BAIXO LIMPOPO, E.P	-	-
RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	-	29 901 000
TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	24 237 070	37 851 211
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	902 544 975	380 685 813
DOMUS - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	-	9 537 966
EMPRESA MOÇAMBICANA DE EXPLORAÇÃO MINEIRA, S.A	-	-
EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	44 495 644	44 455 875
SOCIEDADE DE FARMÁCIAS DE MOÇAMBIQUE, S.A*	-	579 715
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	2 970 826 085	2 642 492 296
MEDIMOC, S.A	-	-
MONTE BINGA, S.A	-	-
PETROMOC, S.A	2 975 360 584	2 650 828 750
EMOPESCA, S.A	-	-
SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	-	14 019 638
SOCIEDADE NOTÍCIAS, S.A	8 838 557	4 767 467
SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	(92 783 799)	39 496 094
MOCAMBIQUE TELECOM, SA*	5 722 192 263	6 173 150 338
TRANSMARÍTIMA, S.A	-	-
	17 814 183 496	14 770 799 104
	223 478 841 697	153 928 121 623

Handwritten signature and initials



O detalhe dos empréstimos obrigacionistas, por participada, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Empréstimos obrigacionistas - médio e longo prazo		
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	1 400 000 000	800 000 000
	1 400 000 000	800 000 000

O detalhe dos empréstimos do Estado, por participada, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Empréstimos do Estado - médio e longo prazo		
IGEPE	-	-
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	7 480 271 324	5 969 242 967
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	2 390 179 000	1 237 781 000
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	-	-
TRANSMARÍTIMA, S.A	-	-
	9 870 450 324	7 207 023 967
Empréstimos do Estado - curto prazo		
IGEPE	-	-
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	-
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	114 109 000	79 471 000
TRANSMARÍTIMA, S.A	34 053 088	-
	148 162 088	79 471 000
	10 018 612 412	7 286 494 967

O detalhe dos descobertos bancários, por participada, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Descobertos bancários - curto prazo		
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	595 638 673	-
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	96 411 506	-
	692 050 179	-

O detalhe dos outros empréstimos, por participada, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros empréstimos - curto prazo		
SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	60 000 000	15 000 000
TRANSMARÍTIMA, S.A	-	16 942 822
	60 000 000	31 942 822

18. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outros passivos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

A rubrica de outros passivos financeiros inclui o seguinte:

Handwritten signature and date 23/12/2020

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Passivos financeiros - Não Correntes		
Credores diversos	71 754 408 402	42 778 528 720
	71 754 408 402	42 778 528 720
Passivos financeiros - Correntes		
Adiantamentos de clientes	8 543 612 927	2 191 226 634
Fornecedores de investimentos de capital	1 040 017 320	849 369 791
Pessoal	175 979 860	953 799 649
Obrigacionistas	-	125 700
Empréstimos obtidos	165 655 721	1 197 765 177
Sócios e acionistas		
Resultados atribuídos	1 127 990 000	600
Lucros disponíveis	-	1 083 547 318
Outros credores		
Credores diversos	40 011 731 054	33 584 495 724
Sindicatos	2 023 910	5 766 165
Consultores, assessores e intermediários	944 038	3 348 396
Outros	466 745 039	267 437 381
	51 534 699 869	40 136 882 533
	123 289 108 271	82 915 411 253

Suprimentos no montante de 60.700.062.839 Meticais relacionados com os acordos de financiamento repassados pelo Governo, sendo que, no âmbito do entendimento com o Estado, este faz o reembolso ao financiador, cabendo à respectiva Empresa reembolsar o Governo. No princípio de cada ano, o Grupo IGEPE informa por carta ao Ministério das Finanças o valor a pagar naquele ano, dependendo da sua disponibilidade financeira. Os reembolsos são feitos em Meticais e, nos últimos anos, foram alocados somente à Dívida Única.

Reversão da Linha de Sena, no montante de 6.002.246.000 Meticais, que se refere aos financiamentos que a Companhia de Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do International Development Agency (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para o Grupo.

Responsabilidades no montante de 3.024.585.671 Meticais relativas à taxa de espectro, serviço de acesso universal, atribuição de direitos de utilização de frequências de 800Mhz e outras, no âmbito da exploração dos serviços de telecomunicações.

O saldo da Direcção Nacional do Tesouro, que corresponde a um adiantamento efectuado pelo Estado, no equivalente de USD 2,5 milhões, para o projecto de renovação de frota, dos quais foram amortizados em 2013 cerca de 21 milhões de Meticais. Em 2018, a Direcção Nacional de Tesouro, efectuou um adiantamento de aproximadamente 718 milhões de Meticais e em 2019 no montante de 373 milhões de Meticais.

O saldo com a Galp, no montante de 1.872.500.000 Meticais (USD 25.000.000), refere-se a um adiantamento para o aumento de capital a realizar numa empresa que o Grupo IGEPE irá criar caso a GALP venha a exercer a opção de investimento nessa Empresa. O Grupo IGEPE, utilizou este valor para efectuar o reembolso integral de obrigações e papel comercial que emitiu e para liquidar um crédito hipotecário e um crédito para apoio à tesouraria. Este adiantamento foi concedido em dólares e não incidem juros sobre o valor em dívida.

X P. B. B. B.
29



Saldo com a Orlean Invest Holding, Ltd no montante de 975.977.264 Meticais. A Orlean Invest Holding, Ltd é parte relacionada de ENHILS (Interesse minoritário) e o saldo com esta entidade é relativo a suprimentos reembolsáveis a ENHILS para fazer face as despesas operacionais e de investimento.

Saldo com a Orlean Invest Holding, Ltd no montante de 975.977.264 Meticais. A entidade O&G Management - F.Z.E. é parceira da ENH Logistics S.A. e adiantou em Maio de 2016 um valor equivalente a USD 2.799.956 para a aquisição do Edifício JAT V, convertido na data da transação para moeda nacional.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de fornecedores decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 lão auditado
Fornecedores		
Fornecedores c/c	41 980 096 534	604 583 333
Fornecedores títulos a pagar	-	3 697
	41 980 096 534	604 587 030

20. Imposto a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de imposto a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Imposto a pagar		
Estimativa de imposto	1 688 805 999	1 723 106 980
Pagamentos por conta	(120 055 756)	(152 074 197)
Pagamento especial por conta	89 576	-
	1 568 839 819	1 571 032 783

21. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outras contas a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

Handwritten signature
Handwritten mark

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros passivos correntes		
Estado e outros organismos públicos		
Impostos retidos na fonte	2 669 676 811	1 459 885 678
IVA a pagar	2 265 383 496	1 852 851 504
Imposto de selo	190 305 529	186 900 437
Impostos autárquicos	346 263	338 641
Rectificações de impostos, contribuições e outros tributos	2 030 478	552 200 420
Contribuições para o INSS	258 498 429	90 263 871
Aposentação	11 759 209	45 540 137
Outros impostos	5 798 085 060	8 455 202 094
Acréscimos de gastos		
Juros a pagar	205 507 261	239 461 886
Remunerações a pagar	921 179 000	2 708 798
Outros acréscimos de gastos	4 432 855 252	7 377 101 848
Prémios de emissão de obrigações	(2 275 828)	-
Subsídios para investimentos	827 384 055	414 696 836
Donativos	14 328 161 000	9 906 921 435
Outros rendimentos diferidos	1 436 460 087	2 430 268 923
	33 345 356 102	33 014 342 508

A rubrica de outros impostos inclui o imposto sobre combustível e os direitos aduaneiros, no montante total de 10.563.997.468 Meticais. O Grupo IGEPE negociou com o Estado o pagamento parcelado dos saldos em dívida referentes a direitos aduaneiros e imposto especial sobre combustíveis. O Estado autorizou a amortização parcelada das dívidas de direitos aduaneiros e de imposto sobre combustíveis até Dezembro de 2024 e Agosto de 2025, respectivamente.

Os Donativos correspondem ao total acumulado líquido, dos valores recebidos dos Doadores e ou financiadores, depois de deduzidas as amortizações anuais, as quais são calculadas com base no período de vida útil do bem a que respeitam.

Os Outros acréscimos de gastos respeitam essencialmente a Fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica dos outros rendimentos diferidos inclui a emissão de documentos de tráfego relativo a bilhetes emitidos pela Grupo IGEPE durante o exercício de 2020, mas que não foram utilizados até a data de 31 de Dezembro de 2020. Adicionalmente, o saldo da rubrica representa a estimativa do rédito decorrente de bilhetes vendidos e voados a reconhecer em exercícios futuros, imputado ao programa de fidelização de clientes da LAM, pelo facto de, aos clientes aderentes ao tal programa, a LAM atribuir créditos que os mesmos podem usar no futuro na obtenção de bilhetes de forma gratuita.

Handwritten signature
X
27



22. Venda de bens e serviços

As vendas de bens durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Acumulado	Intragrupo	Consolidado	Acumulado	Não auditado Intragrupo	Consolidado
Vendas de bens						
Vendas de energia e combustíveis	75 254 291 795	(1 028 910 584)	74 225 381 211	91 426 277 115	-1 219 050 309	90 207 226 806
Venda de produtos agrícolas	1 647 225	-	1 647 225	1 509 936	0	1 509 936
Venda de medicamentos	374 268 396	(7 740)	374 260 657	464 536 421	-2 931	464 533 490
Venda de impressos e jornais	260 314 210	(234 117)	260 080 094	318 516 115	-13 869 231	304 646 885
Venda de bens e serviços de armazenagem de cereais	4 426 802	-	4 426 802	49 066 250	0	49 066 250
Venda de bens e serviços de infraestrutura	93 081 461	-	93 081 461	59 099 221	0	59 099 221
Venda de imóveis	215 223 540	-	215 223 540	184 321 276	0	184 321 276
Venda de bens e serviços aeronáuticos	4 906 119	-	4 906 119	8 992 496	0	8 992 496
Venda de bens e serviços de pesca	1 368	-	1 368	2 312 453	0	2 312 453
Venda de equipamentos de telecomunicação	2 819 243	(1 187 696)	1 631 547	801 695 038	0	801 695 038
	76 210 980 159	(1 030 340 137)	75 180 640 022	93 316 326 322	(1 232 922 471)	92 083 403 851

As prestações de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Acumulado	Intragrupo	Consolidado	Acumulado	Não auditado Intragrupo	Consolidado
Prestações de serviços						
Proveitos gestão de participações financeiras	1 850 392	-	1 850 392	2 113 801	0	2 113 801
Proveitos aeronáuticos	6 140 990 716	(507 122 797)	5 633 867 919	9 487 486 480	-747 762 905	8 739 723 575
Proveitos ferroviários	17 492 172 000	(819 953 081)	16 672 218 919	13 148 871 887	-818 757 595	12 330 114 292
Proveitos de serviços marítimos	36 026 965	-	36 026 965	38 333 041	-167 043	38 165 998
Proveitos de serviços de dragagem	674 326 875	(606 769 487)	67 557 388	575 991 308	-515 989 847	60 001 461
Proveitos de serviços de energia e combustíveis	8 759 041 996	-	8 759 041 996	4 433 203 888	0	4 433 203 888
Proveitos de serviços agrícolas	17 935 431	-	17 935 431	28 013 395	0	28 013 395
Proveitos de serviços de comunicação e publicidade	4 834 225 026	(26 723 979)	4 807 501 046	3 595 609 129	-6 523 400	3 589 085 729
Proveitos de serviços de armazenagem de cereais	198 445 303	-	198 445 303	137 887 428	0	137 887 428
Proveitos de serviços bancários e de seguros	1 757 040 201	(312 478 918)	1 444 561 283	1 510 110 768	-463 830 449	1 046 280 318
Proveitos de infraestrutura	14 528 475	-	14 528 475	12 416 318	0	12 416 318
Proveitos de arrendamento de espaços	7 849 359	-	7 849 359	2 518 511	0	2 518 511
Proveitos de gestão de imóveis	135 897 670	(71 604)	135 826 066	144 236 097	0	144 236 097
	40 070 330 410	(2 273 119 867)	37 797 210 543	33 116 792 052	(2 553 031 240)	30 563 760 813
Total de vendas de bens e serviços	116 281 310 568	(3 303 460 004)	112 977 850 565	126 433 118 375	(3 785 953 711)	122 647 164 664

Handwritten signature and initials.

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



O total de rédito por sector de actividade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Setor de actividade		
Comunicação e média	836 255 179	823 537 211
Energia	63 030 564 751	59 572 123 562
Financeiro	698 531 440	490 672 859
Imobiliário	351 121 210	328 557 374
Infraestruturas	1 740 279 633	2 360 052 589
Oil & Gas	20 982 769 040	35 054 734 213
Saúde	374 268 396	464 533 490
Seguros	1 058 508 761	723 306 189
Serviços	109 461 695	75 941 793
Tecnologia	7 849 359	2 518 511
Telecomunicações	4 261 103 300	3 872 472 439
Transportes e logística	22 830 597 803	18 878 714 433
	116 281 310 568	122 647 164 663
Ajustamentos das transacções intra-grupo	(3 303 460 004)	-
	112 977 850 565	122 647 164 663

21/12/2020
21/12/2020



23. Investimentos realizados pela própria empresa

Os investimentos realizados pela própria empresa durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Investimentos realizados pela própria empresa		
Investimentos financeiros	-	1 541 741
Activos tangíveis	23 125 000	40 010 000
	23 125 000	41 551 741

24. Custos com pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Investimentos realizados pela própria empresa		
Remunerações dos órgãos sociais	596 409 868	1 429 700 053
Remunerações dos trabalhadores	17 914 593 402	16 520 041 069
Encargos sobre remunerações	1 355 682 997	1 000 431 072
Benefícios pós-emprego	239 436 527	121 807 480
Ajudas de custo	102 510 756	266 940 323
Indemnizações	71 096 905	184 232 991
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	81 610 500	24 727 951
Gastos de acção social	353 383 291	395 443 330
Outros gastos com pessoal	2 414 238 661	2 419 763 548
	23 128 962 907	22 363 087 817

25. Fornecimento e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Manutenção e reparação	1 865 420 111	3 661 058 164
Combustíveis	2 164 340 756	3 589 998 235
Água	1 830 235 724	96 918 092
Honorários	684 147 346	926 646 201
Subcontratos	2 183 072 107	1 687 202 522
Transportes de carga	577 945 251	583 208 005
Trabalhos especializados	865 639 715	333 500 375
Vigilância e segurança	1 026 030 906	929 980 916
Rendas e alugueres	841 306 233	1 790 093 534
Seguros	1 014 926 095	772 529 641
Comissões a intermediários	844 128 537	812 354 730
Material de manutenção e reparação	656 988 221	500 390 503
Electricidade	443 919 641	1 423 648 078
Publicidade e propaganda	404 202 056	566 774 628
Outros fornecimentos e serviços	6 570 815 793	5 605 530 302
	21 973 118 492	23 279 833 927

Handwritten signature and date: 28/12/2020



26. Amortizações

As amortizações durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Amortizações		
Ativos fixos tangíveis	18 174 655 941	19 393 586 746
Ativos intangíveis	610 116 387	706 489 974
Ativos tangíveis de investimento	621 743 551	760 227 945
	19 406 515 880	20 860 304 665

27. Imparidade de investimentos financeiros

As imparidades em investimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Imparidade de investimentos financeiros		
De investimentos financeiros em associadas	400 948 961	22 618 651
De outros investimentos disponíveis para venda	1 183 216 389	713 045
Reversões de perdas por imparidade em investimentos financeiros	-	(4 278 937)
	1 584 165 350	19 052 759

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros rendimentos e ganhos operacionais		
Serviços sociais	16 686 347	25 648 059
Aluguer de equipamento	44 689 386	136 753 776
Assistência técnica	11 787 984	96 705 759
Rendas de imóveis	3 485 596 606	3 303 294 253
Outros rendimentos suplementares inerentes ao valor acrescentado	642 327 662	491 453 836
Honorários	173 180 000	165 165 000
Subsídios para investimentos	207 186 498	779 813 468
Subsídios à exploração	2 879 310 029	2 351 500 890
Ganhos em investimentos de capital	42 256 943	3 169 267 179
Ganhos em inventários e activos biológicos	-	45 478 501
Benefícios de penalidades contratuais	197 475 497	112 443 705
Excesso de estimativa para impostos	18 992 269	-
Rendimentos de instrumentos financeiros - Outros	8 578 831 143	3 693 785 126
Instrumentos financeiros	9 320 138	-
Activos tangíveis de investimento	813 135 985	508 279 100
Outros	255 787 038	2 581 656 859
	17 376 563 525	17 461 245 511

[Handwritten signature]



29. Outros gastos e perdas operacionais

Os outros gastos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Outros ganhos e perdas operacionais		
Instrumentos financeiros	10 160 262	49 130
Despesas de investigação e pesquisa	-	50 595 771
Impostos e taxas	746 880 090	811 356 148
Perdas em Investimentos de capital	16 577 171	30 722 172
Perdas em inventários e activos biológicos	241 743 492	6 548 161
Quotizações	58 882 821	122 850 104
Despesas confidenciais	2 456 015	3 138 867
Ofertas e amostras de inventários	9 684 789	10 485 019
Programas de responsabilidade social	163 591 111	373 498 698
Donativos	256 208 291	327 974 329
Multas e penalidades	18 239 850	318 341 253
Outros	1 664 806 209	3 303 724 250
	3 189 230 101	5 359 283 901

30. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Rendimentos financeiros		
Depósitos bancários	454 821 445	830 419 747
Empréstimos	-	-
Obrigações e títulos de participação	1 847 226 356	1 606 550 444
Outras aplicações de tesouraria	93 000	26 358 000
Outros juros	555 794 089	705 153 273
Rendimentos de activos tangíveis de investimento	74 740 632	381 698 345
Diferenças de câmbio favoráveis	23 517 795 379	13 376 811 967
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 995 089	3 683 885
Outros rendimentos e ganhos financeiros	3 202 582 151	1 535 041 429
	29 658 048 141	18 465 717 091

Handwritten signature and initials.

Instituto de Gestão das Participações do Estado
Demonstrações financeiras consolidadas do Sector Empresarial do Estado do
exercício findo em 31 de Dezembro de 2020



Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Gastos financeiros		
Empréstimos bancários	3 818 339 535	5 513 549 346
Empréstimos obrigacionistas e títulos de participação	120 662 567	120 381 250
Outros empréstimos	9 986 308	1 591 161 985
Desconto de títulos	-	81 096 000
Juros de mora e compensatórios	23 946 136	21 369 451
Outros juros	3 180 163 275	1 849 276 717
Diferenças de câmbio desfavoráveis	34 746 451 219	10 295 449 542
Descontos de pronto pagamento concedidos	297 807 335	-
Outros gastos e perdas financeiros	1 034 008 152	873 564 830
	43 231 364 526	20 345 849 121

31. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	9 068 740 386	6 507 638 203
Imposto diferido	(5 594 644 853)	(184 655 337)
	3 474 095 534	6 322 982 865

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os impostos diferidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Impostos diferidos		
Activos	9 792 834 867	3 806 013 139
Passivos	49 775 938 438	49 297 958 743

Handwritten signature and date 27

O movimento ocorrido no ano em impostos diferidos foi o seguinte:

31/12/2020						
	Demonstração de resultados			Capital próprio		Saldo final
	Saldo Inicial	Reforço	Reversão		Ajustamentos	
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	808 549 366	1 925 897 250	-	-	(702 564)	2 733 744 052
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	781 340 155	25 865 296	(577 834 802)	-	2 249 983	231 620 632
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	1 294 628 762	4 148 689 573	(12 499 000)	-	26 504 754	5 457 324 089
Justo valor não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de consolidação	24 765	-	-	-	-	24 765
Outros	921 470 090	648 922 184	(282 927 925)	-	(2 801 886 069)	(1 514 421 721)
	3 806 013 138	6 749 374 302	(873 261 727)		(2 773 833 896)	6 908 291 817
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de ativos tangíveis	39 044 189 781	-	(786 371 111)	(14 263 694)	15 204 509	38 258 759 485
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	3 544 694 848	185 117 845	(1 553 463 319)	55 857 482	1 166 290 574	3 398 497 430
Justo valor não aceite fiscalmente	76 691 801	283 899 257	-	1 404 848	(17 901 113)	344 094 793
Ajustamentos de consolidação	-	-	-	-	-	-
Outros	6 632 382 314	2 432 278 808	(279 993 757)	(240 905 869)	(769 174 766)	7 774 586 730
	49 297 958 744	2 901 295 909	(2 619 828 187)		(197 907 233)	49 775 938 437
Movimento no ano [custo / (proveito)]			2 426 391 752			

31/ 12/ 2019						
Não auditado						
	Demonstração de resultados			Capital próprio		Saldo final
	Saldo Inicial	Reforço	Reversão			
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	(49 619 032)	858 168 398	-	-	-	808 549 366
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	381 886 047	399 454 108	-	-	-	781 340 155
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	1 904 557 667	-	(609 928 905)	-	-	1 294 628 762
Justo valor não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de consolidação	-	24 765	-	-	-	24 765
Outros	822 436 564	293 643 006	(194 609 480)	-	-	921 470 090
	3 059 261 246	1 551 290 277	(804 538 385)			3 806 013 138
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de ativos tangíveis	39 941 811 497	-	1 752 396 267	(2 650 017 983)	-	39 044 189 781
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	3 738 635 525	-	(193 940 677)	-	-	3 544 694 848
Justo valor não aceite fiscalmente	1 074 196 860	33 581 113	(1 031 086 172)	-	-	76 691 801
Ajustamentos de consolidação	2 882 359	-	(2 882 359)	-	-	-
Outros	6 853 743 537	660 371 869	(656 343 485)	(225 389 606)	-	6 632 382 314
	51 611 269 778	693 952 982	(131 856 427)		(2 875 407 589)	49 297 958 744
Movimento no ano [custo / (proveito)]			184 655 337			

32. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A actividade do Grupo IGEPE, através das entidades que compõem o seu perímetro de consolidação (entidades consolidadas), é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração do Grupo IGEPE e das entidades consolidadas é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Handwritten signature/initials



Neste sentido, as políticas de gestão de risco do Grupo IGEPE são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Grupo IGEPE, revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição do Grupo IGEPE face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política do Grupo IGEPE passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras consolidadas do IGEPE podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZN/SDR, MZN/ZAR, MZN/SEK, MZN/NOK, MZN/KWD e MZN/ID. O Grupo IGEPE procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As principais transacções realizadas em moeda estrangeira foram realizadas em dólares americanos (USD), em rand sul africanos (ZAR) e em euros (EUR). As taxas de câmbio médias usadas foram as seguintes:

Moeda	Taxa
USD	74,9
ZAR	5,1
EUR	92,1

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo IGEPE incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.



Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo IGEPE não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez. A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e exfluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo do Grupo IGEPE é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras.

A exposição ao risco liquidez face aos financiamentos por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

31-12-20						
	Exigível a < 1 ano	Exigível a > 1 e < 2 anos	Exigível a > 2 e < 3 anos	Exigível a > 3 e < 4 anos	Exigível a > 5 anos	Total
Empréstimos						
Bancários	12 106 749 384	92 525 476 926	27 856 426 979	13 018 981 430	86 143 528 481	231 651 163 200
Obrigações não convertíveis	-	800 000 000	600 000 000	-	-	1 400 000 000
Estado	148 162 088	239 018 000	239 018 000	239 018 000	1 673 125 000	2 538 341 088
Outros	60 000 000	-	-	-	-	60 000 000
	12 314 911 472	93 564 494 926	28 095 444 979	13 257 999 430	87 816 653 481	235 049 504 288

31-12-19 Não auditado						
	Exigível a < 1 ano	Exigível a > 1 e < 2 anos	Exigível a > 2 e < 3 anos	Exigível a > 3 e < 4 anos	Exigível a > 5 anos	Total
Empréstimos						
Bancários	14 787 883 151	27 337 388 832	18 329 539 149	30 606 220 243	68 836 333 214	159 897 364 590
Obrigações não convertíveis	-	800 000 000	-	-	-	800 000 000
Estado	79 471 000	26 490 000	26 490 000	26 490 000	1 158 311 000	1 317 252 000
Outros	15 000 000	-	-	-	16 942 822	31 942 822
	14 882 354 151	28 163 878 832	18 356 029 149	30 632 710 243	70 011 587 036	162 046 559 412

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.



33. Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital do Grupo IGPEPE é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

O Grupo IGPEPE gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo IGPEPE pode ajustar o pagamento de dividendos aos Accionistas, ou emitir novas acções.

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019.

O Grupo IGPEPE analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem.

	Período	
	31-12-2020	31-12-2019 Não auditado
Gestão de capital		
Empréstimos obtidos	235 649 504 288	162 044 442 129
Outros passivos financeiros	123 289 108 271	82 647 973 872
Outros passivos correntes e não correntes	33 345 356 100	33 014 342 506
Menos: Caixa e bancos	(59 081 877 614)	(43 409 749 023)
Dívida líquida	333 202 091 045	234 297 009 484
Capital próprio	218 536 001 267	227 180 759 209
Capital próprio e dívida líquida	551 738 092 311	461 477 768 693
Rácio de alavancagem	60%	51%

34. Eventos subsequentes

Impactos da pandemia Covid-19

Com a declaração oficial do novo coronavírus, Covid-19, uma pandemia global, com vista à contenção da propagação do surto foram desencadeadas várias acções quer ao nível local com a emissão de regulamentação e medidas restritivas pelo Governo quer ao nível global com a emissão de directrizes pela Organização Mundial de Saúde.

Do perímetro de consolidação do Sector Empresarial do Estado (SEE), a dinâmica restritiva produziu efeitos e impactou a actividade de diversas entidades que resultou em diversos efeitos simultâneos:

- i) Medidas de alívio com adiamento e reprogramação do serviço da dívida bem como estruturação de linhas de crédito para apoio a Micro e Pequenas Empresas (BNI), suspensão da actualização de rendas nos imóveis (Domus) e acções de vacinação dos trabalhadores e dependentes (CFM);
- ii) Reajuste nas actividades operacionais e financeiras com o redireccionamento de esforços e recursos para acções instrutivas de prevenção (TVM), acções restritivas na atribuição de crédito (BNI), adiamento de decisões de investimento significativo (LAM), de decisões de manutenção (Domus) e reajuste de parâmetros de avaliação de imóveis (EMOSE);

Handwritten signature/initials



Eventos subsequentes (continuação)

- iii) Adiamiento de decisões críticas de investimento em sectores estratégicos e estruturais relevantes com impacto no crescimento económico nacional (adiamento da decisão final de investimento na área 4 – Projecto Rovuma LNG) com potencial transversal a vários sectores económicos;
- iv) Perdas e Prejuízos como consequência das medidas restritivas por via da diminuição da procura e/ou produtividade reduzindo as receitas gerando um efeito negativo no resultado líquido (ADM, LAM, Petromoc e Emopesca) ou por via de constrangimentos na aquisição de materiais (INM) ou na gestão logística da operação (CFM);
- v) Incerteza genérica sobre o efeito da pandemia nas operações e na continuidade de negócio das empresas SEE pelas suas fragilidades de capital ou pela sua reduzida dimensão tornando-as mais vulneráveis (Farmac, ENPCT, RBL, SMM, TmCel, Transmaritima).

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 serão emitidas na mesma data que as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2021. Deve ser feita referência às demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 para obter as informações mais recentes sobre a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do grupo.